

Perspetivas, conceitos e boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens



RELATÓRIO INTEGRADO DE RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Perspetivas, conceitos e boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens

DATA: 2021/2022

ISBN: 978-989-54719-6-6

DOI: <https://doi.org/10.34632/9789895471966>

AUTORIA

Mariana Negrão

CEDH — Research Centre for Human Development,
Universidade Católica Portuguesa

Elisa Veiga

CEDH — Research Centre for Human Development,
Universidade Católica Portuguesa

Ana Prata

CEDH — Research Centre for Human Development,
Universidade Católica Portuguesa

Rita Francisco

CRC-W — Católica Research Centre for Psychological,
Family and Social Wellbeing, Universidade Católica Portuguesa

Susana Costa Ramalho

CRC-W — Católica Research Centre for Psychological,
Family and Social Wellbeing, Universidade Católica Portuguesa

Joana Arsénio

CEPCEP — Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa,
Universidade Católica Portuguesa

Rodrigo Queiroz e Melo

CEPCEP — Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa,
Universidade Católica Portuguesa

Sofia Marques

CEPCEP — Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa,
Universidade Católica Portuguesa

EDITOR: Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing (CRC-W)

DESIGN E PAGINAÇÃO: Addmore

SUPORTE: Eletrónico

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
EXECUTIVE SUMMARY	7
INTRODUÇÃO	10
ENQUADRAMENTO	12
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO	16
A PERSPETIVA DAS CRIANÇAS E JOVENS	16
1) O que consideram as CJ ser bom-trato e mau-trato?	16
2) O que consideram as CJ ser consequências de bom e mau-trato?	19
3) Que avaliação fazem as CJ das organizações quanto ao bom-trato e mau-trato às CJ?	20
4) Qual a perspetiva das CJ sobre as reações ao mau-trato?	22
5) Como podemos potenciar o bom-trato?	23
6) Síntese dos principais resultados	25
A PERSPETIVA DOS PAIS E MÃES	26
1) Qual a perspetiva dos pais e mães sobre a forma como podemos avaliar o bem-estar e mal-estar nas CJ?	26
2) O que valorizam os pais e mães quando avaliam a qualidade dos contextos educativos formais e informais?	27
3) Síntese dos principais resultados	28
A PERSPETIVA DOS COLABORADORES	30
1) Que representações têm os colaboradores acerca das CJ das suas organizações?	30
2) Qual a missão das organizações?	31
3) Que sinais são valorizados na leitura do mal-estar em CJ?	32
4) Quais os indicadores de qualidade nas organizações?	34
5) Quais os aspetos positivos nas organizações?	36
6) Quais os aspetos a melhorar nas organizações?	37
7) Quais as necessidades de melhoria contínua nas organizações?	38
8) Síntese dos principais resultados	39
NOTAS PARA UMA VISÃO INTEGRADA DAS PERSPETIVAS	40
RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA	42
BIBLIOGRAFIA	45

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho de investigação tem como objetivo compreender perspetivas, conceitos e boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens (CJ) em contextos educativos formais e informais, a partir da perspetiva de diferentes atores, tais como profissionais, lideranças, voluntários, famílias e as próprias CJ. O estudo realizou-se no âmbito do Projeto Cuidar, desenvolvido pelo CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, financiado pela Porticus na Iberia¹, e conta com a colaboração do CRC-W- Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing e o CEDH - Research Centre for Human Development, ambos da Universidade Católica Portuguesa.

Para responder ao objetivo citado, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, e realizam-se sete grupos de discussão que contaram com a participação de 22 adultos (pais e mães, profissionais e voluntários que atuam em escolas, casas de acolhimento residencial, clubes desportivos e centros de atividades de lazer, para CJ) e 16 CJ. Uma abordagem semi-indutiva, apoiada pelo software Nvivo 11, permitiu a análise dos testemunhos dos participantes. Os principais resultados permitem aceder às perspetivas de crianças e jovens, de pais e mães, e de colaboradores, acerca de bom e mau-trato, e de formas protetivas das organizações atuarem, que passamos a sintetizar.

As CJ ouvidos apresentaram uma visão diversa dos conceitos de bom-trato e mau-trato, identificando sobretudo indicadores ao nível da comunicação e ao nível do comportamento e atitude na relação com o outro. No mesmo sentido, quando inquiridos sobre a forma de promover o bom-trato, salientaram a importância da dimensão relacional, designadamente com o adulto, que deve pautar-se pela disponibilidade para ouvir, ser empático e apoiar. De resto, esta atitude é fundamental para que as CJ confiem e procurem o envolvimento do adulto para as orientar e acompanhar.

As CJ reconheceram consequências dos maus-tratos fundamentalmente no domínio emocional do desenvolvimento, e do bom-trato particularmente na esfera relacional, na predisposição para a relação com o outro. No que respeita às reações ao mau-trato, destaca-se o recurso a estratégias de evasão quando a situação diz respeito ao próprio, mas a também a disponibilidade para ser fonte de apoio e buscar apoio junto do adulto, se a situação é com outros.

As crianças e jovens apontaram aspetos relevantes na promoção de uma cultura de bom trato, desde logo a necessidade de uma atitude mais ajustada dos profissionais,

¹ Porticus na Iberia é a entidade responsável pela coordenação da atividade filantrópica da família Brenninkmeijer na península ibérica; a ação filantrópica da família Brenninkmeijer remonta a 1841.

que nem sempre se lhes afiguram como motivados para o seu papel profissional, comprometendo isso a sua atuação enquanto modelos de bom trato. As CJ apontaram também para a necessidade de um ambiente mais justo, estimulante e agregador dos contextos organizacionais, para a necessidade de promoção de atitudes positivas e da cidadania, e para a oferta de atividades extracurriculares e de lazer. Potenciar o bom trato está, para as CJ, muito alinhado com melhorias da forma de comunicação e de relação dos adultos com as CJ. Relativamente à avaliação que fizeram dos contextos, ressalta-se a diversidade de posicionamentos face à forma como se sentem bem/mal tratados na escola em função da atenção e “voz” que lhes são dadas.

No que respeita os pais estes referem valorizar a voz das crianças e, por isso, as suas queixas relativamente a bem-estar/mal-estar, mas também indicadores mais indiretos como mudanças comportamentais e (in)cumprimento de marcos desenvolvimentais. A disponibilidade para a comunicação com a CJ e incentivo à partilha é a estratégia referida como resposta a situações em que é percecionado mal-estar. No que respeita à qualidade das organizações na sua capacidade de promover o bem-estar e bom trato a CJ, esta aparece como dependente da sua capacidade para atender à dimensão socio-emocional (promover autonomia, autoestima, resiliência) e à individualidade de cada CJ. Os pais enfatizam a competência dos seus profissionais para a construção de relações positivas com as CJ, de serem flexíveis, e da abertura da organização à comunicação com a família. Neste aspeto, sinaliza-se a existência de um duplo critério conforme a direccionalidade desta comunicação (a expectativa de “tudo” ser comunicado pela organização à família, enquanto que “apenas o necessário” é comunicado à organização). Os aspetos a melhorar nas organizações, segundo a visão dos pais, estão em coerência com a valorização destes eixos da competência profissional e da comunicação.

Os diferentes grupos profissionais apresentaram-se sobretudo coesos na perceção que têm das CJ, dos sinais do seu bem-estar/mal-estar, de formas de lhe responder e do papel das organizações na promoção do bem-estar e bom-trato. Os diferentes grupos profissionais corroboram a visão da missão das organizações como a promoção do desenvolvimento integral das CJ. Valorizam sobretudo sinais indiretos na identificação do mal-estar das CJ e consideram como respostas adequadas perante estes a comunicação e a manifestação de afeto/relação. Nesta linha, e maioritariamente referido pelas lideranças, os critérios de qualidade das instituições que assumem relevância na promoção do bom-trato, dizem respeito à qualidade da formação dos adultos, à garantia de segurança dos espaços e à valorização da voz das CJ. Constatou-se ainda coerência entre estes aspetos e as necessidades de melhoria continua identificadas, que são atinentes à preparação e formação dos profissionais – quer ao nível pessoal quer em temáticas pertinentes para os cuidados das CJ –, assim como a necessidade de estabelecer procedimentos bem definidos na sinalização e encaminhamento de situações que podem configurar maltrato.

Este estudo e a reflexão em torno dos seus resultados confluem para a identificação de implicações para a prática quotidiana das instituições e dos diferentes atores, no que diz respeito ao tema das boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens, que se podem sistematizar em torno de 4 ideias agregadoras:

1. Investimento na formação para os vários elementos integrantes das comunidades educativas: crianças/jovens, direções, colaboradores, famílias; 2. Promoção da participação das crianças/jovens na realidade e vida das instituições, valorizando crescentemente a sua voz e visão dos contextos que habitam, das suas necessidades e contributos para a sua melhoria contínua; 3. Fomentar a comunicação entre os agentes educativos permitindo a co-construção coerente de ambientes de bom trato e comunidades educativas devotadas à atenção à individualidade e necessidades específicas das crianças e jovens; 4. Implementação de políticas e práticas organizacionais estruturadas, alinhadas com os princípios de uma cultura de bem cuidar, que garantam a coerência e previsibilidade da atuação dos agentes e que permitam uma monitorização e melhoria contínua das instituições enquanto ambiente de cuidado.

EXECUTIVE SUMMARY

The present research work aims to understand perspectives, concepts and good practices when it comes to the protection and promotion of well-being of children and youth (CY) in formal and informal educational settings, considering the perspective of different informants, such as professionals, leaders, volunteers, families and CY themselves. The study was carried out within the scope of the “Projeto Cuidar”, developed by CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, financed by the Porticus Iberia², and with the collaboration of the CRC-W – Católica Research Center for Psychological, Family and Social Wellbeing and the CEDH – Research Center for Human Development, both from the Portuguese Catholic University.

To respond to the aforementioned goal, a qualitative methodology was used, and seven discussion groups were held, with the participation of 22 adults (fathers and mothers, professionals and volunteers who work in schools, residential care homes, sports clubs and leisure activity centers, for CY) and 16 CY. A semi-inductive approach, supported by the Nvivo 11 software, allowed the analysis of participants’ testimonies. The main results allow the access to the perspectives of children and youngsters, fathers and mothers, and professionals, about good and maltreatment, and the protective actions of organizations, which we summarize.

The CY participants presented a varied view of the concepts of both good and maltreatment, identifying mainly indicators at the level of communication and at the level of behavior and attitude in the relationship with others. In the same sense, when asked about how to promote good care, they highlighted the importance of the relational dimension, namely with adults, who must be guided by the availability to listen, be empathetic and supportive. Moreover, this attitude is essential for the CY to trust and seek adult involvement and allow their guidance and accompaniment to them.

The CY recognized consequences of maltreatment mainly in the emotional domain of development, and consequences of good care particularly in the relational sphere, in the predisposition to the relationship with others. With regard to reactions to maltreatment, they highlight the use of avoidance strategies when the situation concerns oneself, but also the availability to be a source of support and seek support from the adult, if the situation concerns others.

² Porticus Iberia is the entity in charge of coordinating the philanthropic activities of the Brenninkmeijer family in Iberia; the philanthropic action of the Brenninkmeijer family dates back to 1841.

Children and youngsters pointed out relevant aspects needed in the promotion of a culture of protection and care, beginning with a more adjusted attitude of professionals, who do not always appear to be motivated for their professional role, compromising their performance as role models of good care. The CY also pointed the need for a fairer, stimulating and aggregating environment for organizational contexts, the need to promote positive attitudes and citizenship, and also the need to offer extracurricular and leisure activities. CY view the enhancement of good care in line with improvements in the form of communication and the relationship between adults and CY. Regarding the evaluation they made of the contexts, there are a diversity of positions related to the way they feel well/badly treated, depending on the attention and “voice” given to them.

On the other hand, parents mention valuing the voice of children and, therefore, their complaints regarding well-being/malfunction, but also more indirect signs such as behavioral changes and (non)compliance with developmental milestones. Availability to communicate with CY and the encouragement of sharing is the strategy referred to responde to situations in which discomfort is perceived. Regarding the quality of organizations in their ability to promote the well-being, protection and care of CY, this appears as dependent on their ability to meet the socio-emotional demands (promoting autonomy, self-esteem, resilience) and to consider the individuality of each CY. Parents emphasize the competence of the professionals to build positive relationships with the CY, their flexibility, and the openness of the organization to communicate with the family. In this aspect, it is noticeable a double criterion according to the direction of this communication (the expectation that everything will be communicated by the organization to the family, while only what is necessary is communicated to the organization). The aspects to be improved in organizations, according to the parents' view, are consistent with the appreciation of professional competence and communication.

The different professional groups were mainly consistent in their perception of CY, their signs of their well-being/malfunction, ways of responding to them and the role of organizations in promoting well-being and good care. The different professional groups corroborate the vision of the organizations' mission as promoting the integral development of CY. Above all, they value indirect signs in the identification of the CY's discomfort and consider communication and the manifestation of affection/relationship as appropriate responses to these. In the same sense, and mostly mentioned by leaders, the quality criteria of institutions that are relevant to the promotion of good care relate to the quality of adult training, the ensurance of safe spaces and the consideration of the voice of CY. There was also consistency between these aspects and the identification of needs for continuous improvement, which are related to the preparation and training of professionals – both at a personal level and in relevant topics to the care of CY – as well as the need to establish well-defined procedures in the signaling and forwarding of situations that can configure maltreatment.

This study and the reflection on its results enable the identification of implications for the daily practice of institutions and different intervenients, with regard to the topic of good practices of protective and caring environments and children and youth well-being, which we summarize around 4 aggregating ideas: 1. To invest in training of the various members of the educational communities: children/youngsters, leaders,

professional, families; 2. To promote the participation of children/youngsters in the reality and life of institutions, increasingly valuing their voice and vision of the contexts they inhabit, their needs and contributions to their continuous improvement; 3. To foster communication between educative agents, allowing for the coherent co-construction of environments of good care and educational communities devoted to attention to the individuality and specific needs of children and youngsters; 4. To implement structured organizational policies and practices, aligned with the principles of a culture of good care, which guarantee the coherence and predictability of the agents' actions and allow for the continuous monitoring and improvement of institutions as a care environment.

INTRODUÇÃO

No âmbito da linha de investigação do Projeto CUIDAR, realizou-se um estudo exploratório que tem por objetivo compreender as perceções de diversos atores acerca de conceitos e boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens (CJ) em contextos educativos formais e informais. Neste sentido, considerando aqueles que são os contextos mais relevantes para o desenvolvimento das crianças e jovens, convidámos pais e mães a darem o seu testemunho e envolvemos igualmente profissionais e voluntários que atuam em escolas, casas de acolhimento residencial, clubes desportivos e centros de atividades de lazer, dirigidas a CJ. O pressuposto de que as CJ são membros da sociedade e constituem um grupo com direito próprio, com preocupações e necessidades específicas, levou-nos a garantir igualmente a sua participação ativa.

Atendendo, pois, ao objetivo descrito e aos princípios subjacentes à realização deste estudo, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, através da realização de sete grupos de discussão, entre julho e outubro de 2021, através da plataforma Zoom, com a duração de cerca de uma hora, contando com a participação de 22 adultos e 16 CJ, o que permitiu a recolha de diferentes perspetivas. Todos os participantes foram identificados através do contacto direto e posterior convite a diversos tipos de contextos de educação formal e informal. Todos deram, posteriormente, o seu consentimento individual para participar.

A discussão do tópico objeto do presente estudo, teve por base um guião semiestruturado elaborado pela equipa de investigação, adaptado a cada grupo de participantes. O testemunho dos participantes foi gravado em áudio e posteriormente transcrito na íntegra. Realizou-se, posteriormente, a leitura flutuante das transcrições. Foi realizada uma análise temática do conteúdo (Braun & Clarke, 2006) do testemunho dos participantes, que seguiu uma abordagem semi-indutiva, orientada pelos objetivos do estudo. O processo de codificação evoluiu através da análise exaustiva de todo o corpo de dados, segmentando o texto e atribuindo códigos, tendo subjacente um processo de comparação constante. Os códigos foram agrupados em unidades temáticas que estruturaram as categorias e subcategorias geradas. O processo de categorização foi apoiado pelo software NVivo (versão 11) e foi levado a cabo por três elementos da equipa de investigação, garantindo a triangulação de julgamentos e a credibilidade dos dados. A apresentação dos resultados será conduzida pela apresentação das categorias e subcategorias pertinentes, alcançadas no processo de análise dos dados, utilizando-se os excertos para sua melhor sustentação. Ao longo do texto daremos realce aos dados com maior pregnância³.

³ Considerando o número de participantes e o número total de vezes em que o conteúdo emerge. Exemplo: (2/4) significa que dois participantes referiram (REF) quatro vezes a mesma ideia.

Para uma melhor leitura e compreensão, o presente relatório inicia-se com um breve enquadramento com a identificação de alguns aspetos chave na compreensão das necessidades das crianças e dos jovens e decorrentes orientações a nível internacional, europeu e em Portugal. Seguidamente apresentamos os resultados do estudo, distinguindo as diversas perspetivas em análise, concluindo com uma visão integrada dos resultados obtidos e as respetivas implicações para a prática.

ENQUADRAMENTO

A criança, como ser de futuro, em desenvolvimento, é vista pelas sociedades atuais como especial merecedora de cuidado. A missão de bem cuidar de crianças e jovens, ou seja, de promover o seu desenvolvimento integral, em que se cumpra o potencial de cada um, deve, pois, ser um designio partilhado pelos vários atores e instituições sociais e as suas políticas e práticas devem estar alinhadas, não só com a prevenção do maltrato, como com a promoção de uma cultura de cuidado e bom-trato.

O bem-estar da criança diz respeito a múltiplas dimensões, que convergem para a centralidade das relações interpessoais e para a importância das pessoas que, em proximidade, garantem o seu bem-estar físico, emocional e social ao longo da vida e respondem às suas necessidades desenvolvimentais específicas. A importância das relações interpessoais e da sua qualidade tem sido enfatizada pelos modelos de desenvolvimento humano. A teoria da vinculação (desenvolvida a partir dos trabalhos seminais de John Bowlby, nos anos 50) constitui um referencial que nos alerta para a significância das relações estabelecidas desde o início da vida, para o seu potencial de interferência no desenvolvimento, em função da sua maior ou menor qualidade, o que remete para a capacidade dos cuidadores serem atentos e responsivos às necessidades das crianças. A investigação desenvolvida no âmbito da teoria da vinculação tem salientado a importância das relações precoces, e desde então, o aprofundamento de uma leitura das trajetórias desenvolvimentais, que de forma dinâmica entrecruzam fatores de risco e de proteção que, em períodos críticos, podem configurar vulnerabilidades e psicopatologia (Cicchetti & Cohen, 1995; Sroufe & Rutter, 1984). Concomitantemente, a teoria ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979) enfatiza a natureza sistémica e complexa dos processos de desenvolvimento, salientando igualmente a importância das relações proximais, nos diversos microssistemas (ex. família, escola...) em que a criança vive e permanece, e têm um papel no seu desenvolvimento integral saudável.

Os bons-tratos na infância estão assim associados à capacidade de os adultos significativos responderem adequadamente às necessidades físicas, emocionais, relacionais e sociais das crianças, assegurando contextos seguros e protetores, promotores de um desenvolvimento que garanta a realização de todo o seu potencial. Estes conceitos e modelos têm orientado o que se entende por bom-trato e mau-trato. A preocupação com o bom-trato alinha-se com a promoção de uma cultura que respeite e garanta os direitos da criança – sujeito de direitos. Nesse sentido a *Convenção sobre os Direitos da Criança*⁴ (CDC) (1989) preconiza que: “2) Os Estados Partes comprometem-se a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam

³ Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990; https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

necessários ao seu **bem-estar**, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores legais ou outras pessoas legalmente responsáveis por ela e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas” (...); “3) Os Estados Partes devem garantir que as instituições, as instalações e os serviços destinados aos cuidados ou à proteção da criança estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à **segurança e à saúde da criança**, ao número e à adequação das equipes e à existência de supervisão adequada”. A proteção e cuidado que a CDC sublinha implicam um olhar sobre as necessidades da criança em desenvolvimento, e sobre a forma como os contextos em que ela se insere lhe proporcionam oportunidades de satisfação dessas necessidades, designadamente através da qualidade das relações que se estabelecem.

É precisamente nesta contextualização que, na transição para o séc. XXI, emerge a **Lei nº 147/99 da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)** (atualizada pela Lei nº 142/2015, pela Lei nº 23/2017 e pela Lei nº 26/2018) que, no contexto português, define o que se entende por situação de perigo para o desenvolvimento das CJ e aponta para a necessidade da intervenção do sistema de Promoção e Proteção Português, na defesa do superior interesse da criança (Art.º 35 da mesma Lei). O principal objetivo desta intervenção é então a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, e sobre este tópico determina as circunstâncias em que esta intervenção deve ocorrer:

*“A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto **ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento**, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”* (Artigo 3º, 1º ponto). De acordo a Lei as situações de perigo são aquelas em que a CJ:

- a. Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b. Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c. Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d. É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e. Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A Organização Mundial de Saúde (2018, 2022) e a Unicef (2014, 2015) definem os maus-tratos contra crianças e jovens como qualquer omissão ou ação não acidental que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima, que pode ser praticada pelos pais, cuidadores ou outrem (como instituições aos quais os cuidados das crianças ou jovens tenham sido entregues).

Estes maus-tratos podem ameaçar as dimensões física e emocional e apresentar-se de forma ativa ou passiva, como explicado no quadro abaixo (Quadro 1).

Dimensão	Ativo	Passivo
Físico	<p>Maus-tratos físicos Uso intencional de força física contra uma criança que resulta, ou tem alta probabilidade de resultar, em dano à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade.</p> <p>Abuso sexual Envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado ou para a qual não está preparada em termos de desenvolvimento.</p>	<p>Negligência Não satisfação, temporal, ou permanente, das necessidades básicas por parte dos membros do grupo familiar com a criança vive. Tal como a carência de higiene ou vestuário desadequado; falta de supervisão.</p>
Emocional	<p>Maus-tratos emocionais Ação intencional por parte dos pais que provoca dano ou sofrimento psicológico ou doença mental à criança. Tais como: insultar; atemorizar; desrespeitar; humilhar; ser brusco ou gritar; obrigar a participar em atividades contra a vontade ou sem hipótese de escolha; impedir ou restringir o acesso a familiares e outras pessoas do seu círculo afetivo.</p>	<p>Negligência emocional Falta persistente de resposta dos cuidadores aos sinais e expressões emocionais da criança.</p>

Quadro 1 - Diferentes formas de maus-tratos

Como já referimos, um amplo corpo de conhecimentos emergiu da compreensão do impacto destas experiências adversas na infância. A exposição a situações de stress continuado tem um potencial pervasivo no desenvolvimento das CJ. Como consequência dos maus-tratos, para além da possibilidade de consequências físicas, existe uma grande probabilidade de consequências psicológicas e emocionais, quer a curto, médio como longo prazo (Anda et al., 2006; Shonkoff & Garner, 2012).

É, pois, clara a centralidade das relações interpessoais no desenvolvimento das CJ, particularmente com as suas figuras de referência. Do ponto de vista empírico e conceptual os modelos do desenvolvimento têm salientado a complexa teia de influências da qual pode resultar um grave compromisso para o desenvolvimento saudável e integral das CJ, desde logo quando estas relações não respondem às necessidades das crianças, não são respeitadoras dos seus direitos e as colocam em situação de perigo, no curso das suas trajetórias de vida. Várias entidades a nível internacional e europeu têm procurado escrutinar e sensibilizar os atores sociais para estes riscos, e mais recentemente a legislação configura o enquadramento para que se intervenha no sentido da proteção e promoção de um desenvolvimento saudável de crianças expostas a situações de vulnerabilidade.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO

Serão, de seguida, apresentados os resultados obtidos para cada um dos grupos de discussão realizados. Iniciaremos com a **Perspetiva das Crianças e Jovens**, seguida da **Perspetiva dos Pais (pais e mães)**, terminando com a **Perspetiva dos Colaboradores (profissionais e voluntários)**.

A PERSPETIVA DAS CRIANÇAS E JOVENS

Serão apresentados os resultados obtidos nos três grupos de discussão que envolveram um total de **16 crianças e jovens (CJ)**, as quais frequentam contextos educativos formais e não formais. Dois dos grupos de discussão integraram as CJ a frequentar o **segundo e terceiro ciclo do ensino básico**, cada um com seis participantes, sendo o terceiro grupo de discussão constituído por quatro jovens a frequentar o **ensino secundário**.

As CJ participantes apresentam **idades** entre os 11 e os 17 anos, correspondendo a uma média de 15,06 anos. Quanto à sua escolaridade, encontram-se distribuídas, especificamente, por:

2º ciclo do Ensino Básico		3º ciclo do Ensino Básico			Ensino Secundário	
5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	12º ano
2	3	2	1	4	2	2

Nos seus tempos livres, estas CJ indicaram realizar **atividades de lazer** tais como: estar com amigos (5) ou com família (2), ouvir música (2), dançar (2), passear (2), brincar (1), pintar (1) e desenhar (1). Paralelamente, alguns dos participantes referiram ainda o seu envolvimento em **atividades extracurriculares**, nomeadamente os escuteiros (1) ou atividades de carácter desportivo, como é o caso do futebol (3), andebol (2), kickbox (1), skate (1), ballet (1) ou voleibol (1).

1) O que consideram as CJ ser bom-trato e mau-trato?

Quando questionados sobre o que é para eles bom-trato ou mau-trato, as CJ auscultados identificaram diversos aspetos que podemos classificar essencialmente

como relacionados com a **comunicação com o outro, e atitudes e comportamentos na relação social**. No quadro abaixo estão elencados todos os indicadores referidos pelas CJ:

Indicadores de Bom trato	Indicadores de Mau-trato
Respeitar o outro (8/8) Ser empático (5/5) Ser inclusivo (4/5) Dar carinho (4/4) Ajudar o outro (4/4) Demonstrar disponibilidade (3/4) Ficar confortável com o outro (3/3) Ser simpático (3/3) Ser educado (2/2) Demonstrar preocupação (2/2) Não criticar o outro (2/2) Ter comunicação positiva (2/2) Deixar o outro feliz (1/1) Ter capacidade de motivar o outro (1/1) Ouvir o outro (1/1) Ser confidente (1/1)	Insultar (11/13) Desrespeitar o outro (8/10) Agredir (7/8) Não aceitar as diferenças do outro (6/6) Rebaixar (4/5) Não ouvir o outro (4/4) Ter um tom de voz elevado (3/5) Discriminar (3/3) Exibir preconceito (3/3) Ignorar o outro (3/3) Negligenciar (2/2) Ser Injusto para com o outro (1/1) Manipular (1/1) Ser inflexível (1/1) Incompreensão (1/1)

“Por exemplo, no futebol, bons tratos é quando não se distingue homem de uma mulher. Eu jogo futebol e já senti isso na pele. Tanto na escola como no futebol é sempre bom notar um carinho do treinador ou professor ao explicar o exercício ou falar conosco. Maus-tratos considero o bullying por ser mulher muitas vezes também (...) é super bom se o professor entra na sala e nos cumprimenta com um bom dia, quando nos falamos com carinho. Uma coisa que já me aconteceu é um professor estar a dar aulas e perceber que o aluno não está bem, ou que está algo de errado com ele (...) maus-tratos, eu acho que quando o professor passa por nós na rua e não nos cumprimenta (...)” (P1).

A nível contextual, os participantes identificaram ainda como sinal de bom trato a existência de **limpeza e higiene** nas organizações (2/2) e, o ter **condições para viver** (1/1).

Quando questionados sobre se já presenciaram situações de maus-tratos, duas CJ afirmaram nunca ter presenciado e nove CJ verbalizaram ter presenciado situações que consideram traduzir-se como maus-tratos, quer entre pares, quer com adultos. No que diz respeito às situações no âmbito da relação entre os pares salientou-se o insulto e a troça.

Insultar (5/6)	<i>“A minha melhor amiga, ela é mais gorduchinha e na minha escola tem aqueles rapazes que passam por ela e fazem aqueles comentários que são desagradáveis. Pronto, vão de propósito contra ela e dizem “sai da frente gorda” ... é muito mau, deve ser horrível” (P5)</i>
Gozar (4/4)	<i>“A mim me faz um bocado de frustração é estarmos no século XXI e ainda há pessoas, meninos, que conseguem gozar com as outras pessoas, sendo que hoje em dia quase tudo é normal. Não é bem normal, mas é ... já não se goza com as pessoas” (P1)</i>
Agredir (2/2)	<i>“Ou mesmo uma pessoa começar a bater um no outro e cenas assim. Já toda a gente assistiu a esses acontecimentos (...)” (P2)</i>
Rebaixar (1/1)	<i>“Uma coisa que acontece, é quando os meninos vão ao quadro ou a uma apresentação oral, outros meninos para se sentirem bem porque a deles correu mal, mandam algumas bocas um pouco desagradáveis” (P1)</i>

Quanto às situações de maus-tratos que envolvem adultos, os participantes identificaram a **exposição a discussões (1/1)** [*“às vezes em combates alguns pais ficam mais revoltados quando a filha perde e discutem com os pais dos outros.” (P3)*] e a **existência de violência doméstica (1/1)**.

No âmbito da relação adulto-criança, os participantes consideraram maus-tratos o **recurso à violência (2/2)** [*“até podem mesmo bater ou puxar um braço. Até pode ir para a violência mais física” (P1)*], o **exposição a insultos (1/1)** [*“No desporto, há pais que da bancada insultam atletas da equipa contra quem está a jogar o filho. É muito frequente...” (P2)*], e ainda o adulto **não ouvir a CJ e falta de flexibilidade (1/1)** [*“Quando normalmente os filhos têm uma opinião contrária, e eu já reparei, há pais que não têm isso em consideração e acham que eles e que estão sempre certos e não tentam ouvir o lado de outra pessoa e também já assisti a isso” (P1)*].

Quando questionados sobre a perceção que têm sobre ser maltratados, os participantes referiram que tal é mais perceptível quando **são os próprios que passam pela situação de maus-tratos (5/6)** [*“porque, nem sempre as pessoas conseguem perceber que estão a maltratar a outra só porque a outra pessoa começa a chorar ou fica mais triste, mais isolado ... às vezes é preciso mais do que isso, é preciso sofrer na própria pele, por assim dizer, para se conseguir perceber o que realmente está a acontecer” (P1)*], ou quando há uma **demonstração inequívoca de desconforto (5/6)**.

Referiram ainda que os maus-tratos também são perceptíveis quando **há uma mudança de comportamento (1/1)** [*“se começar a ter atitudes diferentes daquelas que tinha antes”(P6)*] ou **sentimento de injustiça ou indignação (1/1)** [*“eu acho que se calhar quando começamos a ver que por exemplo, uma pessoa me trata de uma certa forma e se eu não gosto da forma como estou a ser tratada, se calhar vou começar a pensar que se fosse ao contrário eu não contribuía da mesma forma ou não reagiria da mesma forma a essa situação, e que não acho correto” (P1)*].

2) O que consideram as CJ ser consequências de bom e mau-trato?

Quando exploramos com as CJ o que poderiam ser as consequências de bom e mau-trato, os participantes identificaram uma variedade mais expressiva de **consequências negativas** na esfera emocional individual associada ao mau-trato, e um maior número de **consequências positivas** na esfera comportamental e relacional associadas ao bom-trato:

	Consequências de bom-trato	Consequências de mau-trato
Emocional	Felicidade (8/8) Autoconfiança (4/4) Maior flexibilidade (1/1)	Tristeza (12/18) Revolta (6/7) Insegurança (4/4) Mal-estar (3/5) Traumas (3/4) Impotência (3/4) Medo (3/3) Frustração (2/4) Internalização de sentimentos (1/1) Perda de autoestima (1/1) Raiva (1/1) Choro (3/3)
Comportamental e Relacional	Ser mais empático (6/6) Ser mais compreensivos (4/4) Ser amigável (2/2) Ser carinhosos (2/2) Capacidade de ajudar os outros (1/1) Maior capacidade de socialização (1/1)	Isolamento (8/13) Repressão do comportamento (4/5)

“vamos ser pessoas mais felizes, ver a vida de outra forma e tentar transmitir às outras pessoas as boas sensações que temos. É fazê-las sentir da mesma maneira que nos fizeram sentir” (P1)

“uma pessoa com traumas, que não goste de socializar com os amigos e provavelmente não vai tê-los, porque vai ter medo de fazer, de conversar com eles e vai ficar tipo sozinho” (P5)

Foi, de igual modo, referido pelos participantes que, em **consequência dos maus-tratos**, podem advir também **consequências cognitivas**, como, por exemplo, **pensamentos confusos (1/1)**, ou **consequências psicológicas** mais estruturadas, tais como **depressão (4/4)**, **ansiedade (4/4)**, **pensamentos suicidas** ou **perturbações de comportamento (2/2)** [“eu acho que tem a depressão, a ansiedade que as pessoas têm. Há pessoas que com o passar do tempo de suicidam, não é? ... e acho que é isso. Hoje em dia vê-se mais pessoas com depressão, ansiedade, e pronto ... pensamentos tristes e acho que antes não havia tanto isso, porque como a L disse, estamos no século XXI, já não se devia estar a gozar umas pessoas com as outras, acho que isso não é normal, mas infelizmente ainda acontece” (P4)].



Por outro lado, quando há bom-trato, as CJ verbalizaram que existiria um **crescimento saudável (5/5)** e uma **motivação para propagar bom trato (5/5)**.

3) Que avaliação fazem as CJ das organizações quanto ao bom-trato e mau-trato às CJ?

Foi solicitado aos participantes para **avaliarem quantitativamente os contextos educativos** formais e não formais que frequentam, quanto ao bom-trato e mau-trato numa escala de 0 a 20, considerando 0-10 insuficiente, 10-15 satisfatório e 16-20 excelente.




No que diz respeito ao contexto escolar, a **organização escola** foi avaliada com valores entre 0 e 3 (2/2), justificados pela percepção de **falta de respeito e não ouvirem a opinião (1/1)** [*“Na minha escola nem sempre ouvem as nossas opiniões e nunca me respeitam, e acho que se querem o respeito da nossa parte também nos deviam respeitar”* (P2)], quer por não ser *“(…) uma escola que eu goste muito”* (P7) (1/1). Por outro lado, um participante refere *“eu dava 20. Eu gosto da escola e gosto da maneira como me tratam”* (P3) (1/1).

Os participantes avaliaram a **atitude dos adultos** presentes no contexto escolar e consideraram que existe **falta de sensibilidade (2/2), desrespeito para com CJ (1/1), falta de compreensão (1/1)**, por vezes causada pela **diferença de idades (1/1)** CJ-adulto [*“os funcionários como já têm alguma idade já entendem algumas coisas diferente de nós, e às vezes não têm atitudes como os nossos pais ou os nossos professores ou os nossos amigos têm connosco.”* (P3)], e ainda, a **rigidez do adulto (1/1)** no que toca ao cumprimento das regras [*“as funcionárias obrigam-nos a ir dar a volta à escola, só que tipo as pessoas novas iam por ali pelas setinhas e as funcionárias começam a reclamar, tipo ninguém avisa e elas estão sempre a reclamar. Desnecessariamente.”* (P4)]. Estas razões justificam uma avaliação apenas satisfatória (entre 10 e 15) da atitude dos adultos em contexto escolar. Por outro lado, existem CJ que avaliaram a atitude dos adultos com nota excelente (17-20), referindo que se **sentem ajudados (1/1)**, que **brincam (1/1)** e **são carinhosos (1/1)** com as CJ.




 <p>10-15</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de sensibilidade para com CJ (2/2) - Desrespeito (1/1) - Falta de compreensão (1/1) - Diferença de idades (1/1) - Rigidez (1/1) 	<p><i>“depois também temos os funcionários que reclamam demasiado connosco ... parece que somos sacos ... tratam-nos como se fossemos bonecos, como se não tivéssemos sentimentos”</i> (P5)</p>
 <p>17-20</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudar o outro (1/1) - Brincar com o outro (1/1) - Ser carinhoso (1/1) 	<p><i>“São super carinhosos connosco, são super fofos e ... eu não sei, são muito fofos connosco, e tratam-nos bem e ajudam-nos também. Cada um à sua maneira, mas ajudam-nos e são super simpáticos e isso é super bom”</i> (P1)</p>

No que concerne, especificamente, aos **professores em contexto escolar**, a avaliação apontou aspetos negativos e positivos, sendo os últimos mais preponderantes. Os aspetos negativos prendem-se com a existência de **falta de respeito (1/1)** e o **não se ouvirem as opiniões das CJ (1/1)**. As CJ identificaram ainda a **existência de mau humor (1/1)** dos profissionais, e **rigidez do comportamento (1/1)** [*“os professores quando veem que não têm razão também não nos deixam ter a razão e dizem que nós é que fizemos errado ou assim, porque eles viram que não tinham razão e então*


estão a tentar arranjar forma de arranjam razão.” (P4)]. Por outro lado, existem CJ que referiram que se sentem **bem tratados (3/3)** e que existe boa disposição. Não obstante, que existem professores que **não se fazem respeitar (1/1)**, o que avaliam como menos positivo.

 0-3	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de respeito (1/1) - Não ouvir as opiniões (1/1)
 17-20	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de respeito (1/1) - Existência de mau humor (1/1) - Rigidez (1/1) <p style="color: #c07040; font-style: italic;">“hmm, há uma situação dos professores que há uns que são muitos simpáticos e há uns que parecem que acordam de manhã e parece que tomam um banho de água gelada. Porque estão sempre lá de mau humor e rebaixam os alunos por causa do mau humor deles” (P5)</p>
 16-20	<ul style="list-style-type: none"> - Sentem-se bem tratados (3/3) - Boa disposição (2/2) - Professores não se fazem respeitar (1/1)

Quando inquiridos sobre a avaliação que fazem **dos seus pares** no âmbito do tema do bom-trato e mau-trato no contexto escolar os resultados foram díspares. Uma CJ avaliou com nota máxima (20), por **gostar dos pares (1/1)**, outras entre 17 e 20 pois, apesar de gostarem do contexto escolar, verbalizaram que existe **desrespeito de alunos para com professores (1/1)**, e que alguns alunos têm **características que consideram negativas (1/1)**. Não obstante, duas indicam a nota mínima (0), por **não se identificarem com os pares (2/2)**.

 0-3	<ul style="list-style-type: none"> - Não se identificar com pares (2/2) 	<p style="color: #c07040; font-style: italic;">“há pessoas que não são tão simpáticas na escola. Tipo alunos. Há sempre um ou outro que tem a mania e acha que é o maior e passam como fossem superiores. Não é que aconteça diretamente comigo, mas não gosto” (P2)</p>
 17-20	<ul style="list-style-type: none"> - Características negativas de outros alunos (1/1) - Desrespeito de alunos para com professores (1/1) 	
 20	<ul style="list-style-type: none"> - Gostar dos pares (1/1) 	

Adicionalmente, cinco participantes avaliam o contexto extracurricular entre 17 e 20 valores, devido à existência de um bom ambiente (3/4), capacidade de motivação (1/1), existência de apoio (1/1), existência de respeito (1/1), sentimento de família (1/1) e de união (1/1).

 17-20	<ul style="list-style-type: none">- Bom ambiente (3/4)- Capacidade de motivação (1/1)- Existência de apoio (1/1)- Existência de respeito (1/1)- Sentimento de família (1/1)e de união (1/1)	<p><i>“Eu ando nos escuteiros e eu daria um 20. Tenho lá amigos muito bons e no geral toda a gente trata muito bem e é como uma segunda família para mim. E apesar de ser difícil de dar um 20 porque a cada lado que vamos há sempre pessoas diferentes, feitios diferentes, personalidades diferentes. Eu adoro os escuteiros, eles tratam-me muito bem” (P4)</i></p>
--	--	---

4) Qual a perspetiva das CJ sobre as reações ao mau-trato?

Segundo as CJ participantes, existem diferentes formas de reagir aos maus-tratos.

No caso de ser a **própria CJ a vítima** de maltrato, os participantes verbalizam que a reação se caracterizaria pela **procura de uma distração**, nomeadamente através do **desporto (1/1)** ou da realização de **outras atividades (2/2)**, tais como ouvir música, pintar, desenhar ou dançar [*“num momento desses devem distrair-se um bocado, de fazerem o que fazem, em vez de fazerem logo. Por isso descontraírem e fazerem alguma coisa que gostem” (P3)*].

Quando constatarem que **uma outra CJ foi vítima** de maus-tratos, as reações descritas pelos participantes enfatizam as que ativamente procuram apoiar o outro, como é o caso de **conversar e demonstrar apoio**.

<p>Conversar</p> <ul style="list-style-type: none">- Com a vítima (8/8)- Com quem maltrata (2/3)	<p>Demonstrar apoio (9/9)</p> <p><i>“(…) Mostrava o meu apoio. Para além disso, tentaria falar com outra pessoa que conhecesse a pessoa que está a causar essa instabilidade e mal-estar ao meu amigo” (P1)</i></p>
<p>Motivar a ignorar (3/4)</p> <p><i>“ignorar e mostrar desprezo à pessoa e simplesmente não ligar ao que a pessoa está a dizer para ela sentir que está a falar sozinha para dar a entender que não está a afetar” (P2)</i></p>	<p>Orientar (2/2) e ouvir o outro (4/4)</p> <p><i>“ficar com a pessoa sempre ao lado dela, tentando entender o quê que se passa com ela e ajudar a que ela não faça porcaria” (P5)</i></p>

Perante **maus-tratos infligidos à CJ**, é valorizado o envolvimento do adulto. As CJ jovens consideram que a **conversa (8/8)** [*“devem falar com o adulto e perguntar-lhes como é que ele pode resolver e se o pode ajudar”* (P3)], o procurar forma de encontrar **ajuda ou apoio (6/6)**, possibilitando a **denúncia (2/2)** [*“tentar ajudar, ou se não der ajudar, denunciar na escola ou fora da escola, em casa, não sei”* (P3)], serão as mais comuns.



Os testemunhos das CJ revelam também existir **obstáculos na reação aos maus-tratos**, quer por aspetos relativos à própria **individualidade da CJ**, que prefere não partilhar a experiência com outros, quer por aspetos de cariz **interpessoal**, designadamente devido a uma baixa expectativa de uma atitude empática e apoiante por parte do adulto.

Cariz pessoal	Cariz interpessoal
<p>Vítima não querer expor ou partilhar (4/4) <i>“a pessoa que está assustada. Ou não chamar a atenção ao ponto de dizer a toda a gente que aquela pessoa tem qualquer coisa”</i> (P3)</p> <p>Impotência das crianças (2/2) <i>“Eu acho que é complicado porque provavelmente não podem fazer nada porque naturalmente vão começar a chorar. Sendo uma criança, eu acho que criança não ia conseguir ter a capacidade de ter uma conversa”</i> (P1)</p> <p>Sentimento de vergonha (1/1) <i>“Se for em casa problemas com os pais ou violência doméstica dos pais (...) há pessoas que podem ter vergonha de falar disso”</i> (P3)</p>	<p>Desvalorização da voz das CJ (2/2) <i>“adultos que podem não acreditar”</i> (P6)</p> <p>Inflexibilidade do pensamento no adulto (2/2) <i>“é complicado aos adultos sensibilizá-los ... porque já tem a mentalidade deles feita e os seus pensamentos feitos e pensam que estão sempre corretos”</i> (P2)</p> <p>Falta de confiança no adulto (1/1) <i>“não podem fazer nada, só ficam mesmo mal com elas próprias, e por vezes, se não tiveres confiança com os teus pais para contares isto e resolveres o problema”</i> (P1)</p> <p>Medo da reação do adulto (2/2) <i>“às vezes há pessoas que até podem preferir falar com pessoas da sua idade, porque podem achar que os adultos vão reagir de uma maneira pior”</i> (P4)</p>

5) Como podemos potenciar o bom-trato?

Numa valorização da voz das CJ sobre o que, na sua perspetiva, poderiam ser boas formas de promover o bom-trato, os participantes apontaram para as **características** de uma **boa relação com o adulto**, tais como:

Nível comunicacional	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de comunicação positiva (3/3) - Ouvir as CJ (3/3) - Existência de compreensão (2/2) - Existência de atenção para com CJ (1/1) quanto <i>“à nossa forma de ser, de nos comportarmos”</i> (P2)
----------------------	--

**Nível
relacional**

- Existência de **apoio (3/3)**
- Existência de **respeito (3/3)**
- **Inexistência de violência (2/2)**
- Existência de **amizade (1/2)**
- Existência de **confiança (1/1)**
- Existência de **disponibilidade (1/1)**
- Existência de **empatia (1/1)**
- Sentir-se **confortável** com o outro (1/1)

“Ter uma boa relação é ajudarem-se uns aos outros, como eu disse serem amigos e respeitarem-se, concordarem” (P3)

Adicionalmente, segundo os participantes, de forma a potenciar o bom trato, caberia ao adulto **Ouvir a CJ (5/6)** [“acho que pode ser também o ouvirem as nossas opiniões. Por exemplo, nós dizemos a nossa opinião e eles antes de resmungarem connosco ouvirem melhor o quê que nós dizemos, para tentarem perceber” (P3)]; **Parar com comentários maldosos (5/5)** [“eu acho que por exemplo na escola, se uma pessoa não sofresse de uma ou se não houvesse aqueles comentários maldosos que se fazem, que as pessoas teriam muita mais vontade de ir para a escola” (P5)]; **Não insultar (3/4) nem agredir (2/2); Ser modelo da CJ (2/2)** [“Acho que é muito importante os pais serem o espelho daquilo que querem que os filhos sejam” (P1)]; **Não descarregar frustração nos outros (2/2)** [“os professores podiam parar de ser um bocado ... de descarregar as suas más coisas em nós ... e os funcionários podiam-se lembrar que nós não somos bonecos para estarem a berrar connosco, e a reclamar e a agarrar-nos nos braços e ... como se nós não tivéssemos sentimentos” (P5)].

Para além destes, as CJ referiram que o adulto deveria **dar orientações daquilo que é desejável (1/3), acompanhar a CJ (1/1), ter mais tolerância (1/1) e promover a auscultação mútua (1/1)**.

Quando desafiadas a **enunciar as leis que potenciam o bom trato**, as CJ participantes identificaram a importância de:

1) Promover a empatia (6/11)	<i>“nós lhes explicarmos um bocado de como é que é o que nós achamos que devemos fazer e eles explicarem a nós como é que nós também devemos fazer. Além de ser só à nossa maneira e à maneira deles” (P3)</i>
2) Promover comunicação positiva (3/4)	<i>“devemos sensibilizar no sentido de dizer que as coisas não se resolvem a base da violência e que tudo é mais fácil se tudo for conversado (...)” (P1)</i>
3) Potenciar boas atitudes para com outros (2/2)	<i>“algumas das leis que durante um dia deviam ser utilizadas na escola e fora da escola seriam ter boas atitudes com todas as pessoas que conhecêssemos e que são nossos amigos” (P3)</i>
4) Existir motivação nos profissionais (2/2)	<i>“pedia aos professores para não tomarem um banho de água fria antes de virem para a escola e via alguns funcionários que precisassem de algumas férias ... gente que parece que não tem vontade de estar ali, que trabalha por trabalhar” (P5)</i>

5) Maior investimento na educação cívica (2/2)	<i>“educação que se dá na escola, bem como em casa porque é muito difícil tentarmos inculcar e esperarmos de uma pessoa boas atitudes quando o ambiente que o rodeia não tenta inculcar essas atitudes” (P1)</i>
6) Existência de atividades extracurriculares (1/2)	<i>“Tentava por atividades, algo que cada aluno gosta em geral, mais ou menos, para essas pessoas não sofrerem tanto? de bullying ou serem maltratadas ... algo mais interessante na biblioteca (...)” (P1)</i>
7) Existência de momentos de lazer (1/1)	<i>“Nós costumamos fazer coisas aos sábados e aos domingos, a equipa toda. Este domingo fomos andar de barco com a equipa e é muito bom ter relações com a equipa fora do campo porque assim a equipa conhece-se melhor e dão-se todos muito bem” (P2)</i>
8) Penalizar quem maltratar (1/1)	<i>“Não admitir faltas de educação quer nos treinos quer nos jogos, com o árbitro ou bancada. Dentro da equipa ou a equipa adversária e ser castigado com suspensões ou coisas do género para quem cometer esses erros” (P2)</i>

6) Síntese dos principais resultados

De forma sumária podemos afirmar que as CJ ouvidos apresentaram uma visão diversa dos conceitos de bom-trato e mau-trato, identificando sobretudo indicadores ao nível da comunicação e ao nível do comportamento e atitude na relação com o outro. No mesmo sentido, quando inquiridos sobre a forma de promover o bom-trato, salientaram a importância da dimensão relacional, designadamente com o adulto, que deve pautar-se pela disponibilidade para ouvir, ser empático e apoiar. De resto, esta atitude é fundamental para que as CJ confiem e procurem o envolvimento do adulto para as orientar e acompanhar.

Reconheceram consequências dos maus-tratos, fundamentalmente no domínio emocional do desenvolvimento, e do bom-trato particularmente na esfera relacional, na predisposição para a relação com o outro. No que respeita às reações ao mau-trato, destaca-se o recurso a estratégias de evasão quando a situação diz respeito ao próprio, mas a também a disponibilidade para ser fonte de apoio e buscar apoio junto do adulto, se a situação é com outros.

Apontaram algumas ideias na promoção de uma cultura de bom trato, desde logo numa atitude mais ajustada dos profissionais, nem sempre motivados para o seu papel profissional e comprometendo o seu papel enquanto modelos. Curiosamente, as CJ apontaram para a necessidade de um ambiente mais justo, estimulante e agregador, na promoção de atitudes positivas e da cidadania, e na oferta de atividades extracurriculares e de lazer. Potenciar o bom trato estava, para as CJ, muito alinhado com melhorias da forma de comunicação e de relação dos adultos com as CJ. Relativamente à avaliação que fizeram dos contextos, ressalta-se a diversidade de posicionamentos face à forma como se sentem bem/mal tratados na escola em função da atenção e “voz” que lhes são dadas.

A PERSPETIVA DOS PAIS E MÃES

O grupo de discussão com **familiares** de CJ integrou dois pais e duas mães (que designaremos genericamente de pais), os quais têm filhos de idades entre os 7 meses e os 17 anos, inseridos em diversos contextos (escola privada e pública, desporto, escuteiros, casa de acolhimento residencial - CAR).

1) Qual a perspetiva dos pais e mães sobre a forma como podemos avaliar o bem-estar e mal-estar nas CJ?

No discurso de todos os pais a capacidade de avaliar o bem-estar ou mal-estar da CJ passou pela importância de se **ouvir, estimular e valorizar a voz das CJ (4/8)** pois, *“se nós não ouvirmos e não dermos a palavra, esse ato continuado, no futuro ela não nos vai contar o quê que se passou, porque nós, atrás, não lhe demos a palavra, não ouvimos e, como tal, ela vai pensar que não será necessário ou não vamos dar valor a isso ou vamos ignorar. E por isso é muito importante saber ouvir e, óbvio, tirar as elações que têm de ser tiradas. Acho que é muito importante dar a palavra e isso é um facto”* (P2-F), reforçando a importância de valorizar as suas queixas e perspetivas pessoais.

Apontaram igualmente a valorização das **queixas ou manifestações de desconforto das CJ (3/5)**, nos contextos em que estas se inserem, como motivo primordial para **signalizar e intervir** [*“não se deve banalizar as queixas porque elas têm sempre um sentido e vêm por algum motivo e é isto que deve ser investigado”* (P3-F)]. Para os pais são indicadores da necessidade de sinalizar e intervir, as situações relacionadas a qualquer tipo de **violência (2/2)**, nomeadamente física e, ainda, a **injustiça** para com CJ, especificamente situações em que o profissional adota uma postura de poder (1/2) [*“as crianças têm direito à sua versão dos acontecimentos (...) e não podem ser contraditas por superioridade”* (P1-F)].

Quando inquiridos sobre o que podem ser **sinais de bem-estar e mal-estar nas CJ**, os pais apontaram para os seguintes



- **Expressão corporal descontraída (3/4)**

- **Satisfação observada (2/3)**

“nós sentirmos a satisfação, que eles vêm animados, é o melhor sinal que nós podemos ter” (P2-F)

- **Os filhos atingirem objetivos por si idealizados a longo prazo (2/2)**

“Nós colocámo-las numa atividade com um determinado objetivo e sentimos que elas estão a alcançar esse objetivo, que nem sempre é do acordo delas inicialmente (...) É importante esse lado de “a felicidade vem depois”, não podem desistir à primeira” (P1-F)

- **Predisposição para relacionamento (1/2)**



“O simples facto de vermos as nossas crianças diferentes (...) diferentes do habitual” (P3-F) (4/4) no que respeita ao seu comportamento

- **Apresentar desmotivação (2/2), tristeza (1/1), apatia (1/1), choro (1/1), desconforto (1/1), zanga (1/1)**

- **Apresentar sinais físicos como automutilação e hematomas (1/1)**

- **Dificuldade nos marcos desenvolvimentais, tal como “(...) demora muito tempo a andar”** (P4-F) (1/1)

Os pais verbalizaram ainda que, quando percebem mal-estar nos seus filhos, a sua **atuação** deve orientar-se por **conversar com a CJ (3/4)**, **investigar (1/1)**, e manter-se **vigilante (3/3)**, sobretudo estar presente e “*atento a esses pequenos sinais de alerta*” (P2-F), **incentivando à resolução e partilha das dificuldades (2/2)** [“*é isso que também temos de transmitir às nossas crianças. Que elas não vão ser castigadas por exprimirem o que elas quiserem. Temos de as incentivar a exprimir e realmente dizer também por que motivo surgiu aquela queixa e porquê que temos de lhe dar importância*” (P3-F)].

2) O que valorizam os pais e mães quando avaliam a qualidade dos contextos educativos formais e informais?

Aquando da escolha de uma organização (contexto educativo formal ou informal) para os filhos, e no alinhamento com a sua preocupação com o bem-estar das CJ, os participantes identificaram ter em consideração variados aspetos, sendo a **competência do profissional (4/12)** aquele com maior relevância [“(…) *Até pode ser uma escola desorganizada, mas se realmente o professor que estiver à frente e a gerir a educação do meu filho tiver as competências que eu acho que deve ter, tudo o resto ...*” (P3-F)]. Neste sentido, valorizaram o profissional capaz de:

Promover competências (4/14) do aluno, tais como

autoestima, autonomia, responsabilidade, socialização e resiliência

“a professora (...) conseguiu responsabilizá-lo a ele próprio pela própria formação dele, foi-lhe dando ferramentas para ele conseguir ir adquirindo mais sem estar à espera que os outros acompanhassem” (P3-F)

Considerar as **características pessoais, familiares e contextuais (4/5)** do aluno

“O bom professor seria aquele que consegue reconhecer que cada criança é uma criança diferente com características familiares diferentes, com características pessoais diferentes e com experiências diferentes” (P3-F)

Capacidade de se **adaptar ao aluno (2/3)**

Ser atencioso, atento e flexível

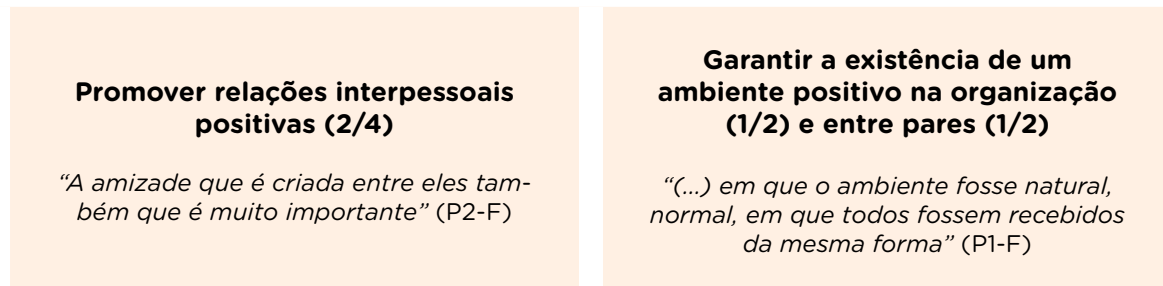
“Muito atencioso, muito atento” (P4-F) (1/1)

Paralelamente, numa organização com qualidade, a maioria dos participantes valorizou a **existência de comunicação com a família (3/5)** [“(…) *é uma coisa que eu gosto muito. Cada vez que há novidades, eu sou muito chata, eu gosto de saber tudo tudo o que ela faz durante todo o dia*” P4-F)].

--> Neste sentido, ressaltaram que a comunicação deve ser **constante** e vista como **essencial (3/3)**, não só, mas também para **orientar a intervenção (1/2)** [“*até mesmo para os formadores saberem como é que hão de abordar, até porque eles têm formação para isso e sabem distinguir as crianças e as podem orientar melhor*” (P2-F)]. Não obstante, dois dos familiares (2/4) verbalizaram que muita da **informação partilhada com os profissionais é apenas a que consideram necessária** (quer através de questionários iniciais aquando da matrícula ou informações diárias via

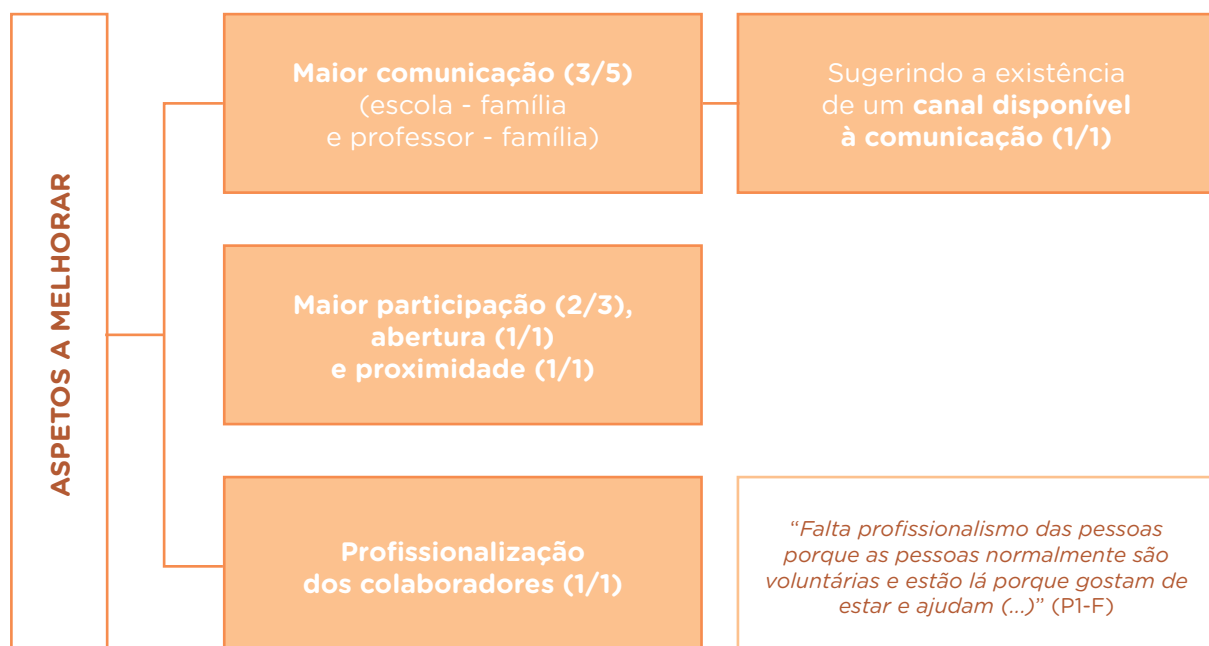
e-mail), de forma a não criar juízos de valor ou ideias pré-concebidas sobre as CJ [“acho que sempre disse umas ligeiras características iniciais sem nunca influenciar muito a forma de ver de nenhum dos meus filhos” (P3-F)].

O domínio da **relação interpessoal** foi igualmente valorizado, enquanto indicador de qualidade na organização, sendo que os *participantes* verbalizaram que a organização deve:



No âmbito dos escuteiros, um participante ressaltou a **promoção do envolvimento na comunidade (1/2)** e o fomento de uma **consciência ambiental (1/1)** [“(…) é uma associação que está aberta à comunidade, não é uma associação fechada. Desempenha vários papéis (…) poderem ajudar num ato que é de solidariedade com a comunidade é bom para elas, ter essa percepção. E depois toda as atividades que eles desenvolvem, nomeadamente a nível do ambiente, da reciclagem” (P2-F)].

Consideraram existir aspetos a melhorar, relacionados com os já anteriormente identificados como relevantes e relativos ao desenvolvimento de competências profissionais e aspetos de comunicação, tais como:



3) Síntese dos principais resultados

Em síntese, os pais referem valorizar a voz das crianças e, por isso, as suas queixas relativamente a bem-estar/mal-estar, mas também indicadores mais indiretos como mudanças comportamentais e (in)cumprimento de marcos desenvolvimentais.

A disponibilidade para a comunicação com a CJ e incentivo à partilha é a estratégia referida como resposta a situações em que é percecionado mal-estar. No que respeita à qualidade das organizações na sua capacidade de promover o bem-estar e bom trato a CJ, esta aparece como dependente da sua capacidade para atender à dimensão socio-emocional (promover autonomia, autoestima, resiliência) e à individualidade de cada CJ. Enfatizam a competência dos seus profissionais para a construção de relações positivas com as CJ, de serem flexíveis, e da abertura da organização à comunicação com a família. Neste aspeto, sinalizamos a existência de um duplo critério conforme a direccionalidade desta comunicação (a expectativa de “tudo” ser comunicado pela organização à família, enquanto que “apenas o necessário” é comunicado à organização). Os aspetos a melhorar nas organizações, segundo a visão dos pais, estão em coerência com a valorização destes eixos da competência profissional e da comunicação.

A PERSPETIVA DOS COLABORADORES

Os contextos educativos formais e informais têm na sociedade atual uma presença muito significativa na rotina das CJ, pelo que procurámos identificar participantes que garantissem a sua diversidade. Desta forma, tivemos colaboradores oriundos de quatro escolas públicas e privadas (**ESC**), de uma casa de acolhimento residencial (**CAR**), de um projeto de intervenção comunitária (**PIC**), de um contexto de atividades de tempos livres (**ATL**), de um clube desportivo (**DESP**), e ainda representantes da Associação de Escoteiros de Portugal (**AEP**), do Corpo Nacional de Escutas (**CNE**), e finalmente de um campo de férias (**CF**) para CJ em situação de acolhimento. Os grupos de discussão envolveram então **profissionais** (colaboradores) provenientes destes contextos que trabalham com CJ com idades entre os 0 e os 22 anos. Os participantes foram organizados em três grupos de discussão: 1) com lideranças (LID), que contou com a presença de seis participantes; 2) com equipas profissionais/técnicos (ET), também com seis elementos; e 3) com voluntários (VOL) e membros de equipas educativas (EE), constituído por sete elementos. Os resultados apresentados integram os testemunhos de todos os participantes envolvidos.

Por forma a melhor organizar e ler os dados, esta parte do relatório encontra-se estruturada por diferentes tópicos. São estes: 1) Que representação têm os colaboradores acerca das CJ das suas organizações?; 2) Qual a missão das organizações?; 3) Que sinais são valorizados na leitura do mal-estar em CJ?; e, sempre por referência à promoção do bom trato e prevenção do mau trato: 4) Quais os indicadores de qualidade nas organizações?; 5) Quais os aspetos positivos nas organizações?; 6) Quais os aspetos a melhorar nas organizações?; e 7) Quais as necessidades identificadas nas organizações?.

1) Que representações têm os colaboradores acerca das CJ das suas organizações?

Na perceção dos participantes, as **CJ foram caracterizadas** como “*tendo feitos diferentes, pois todos eles são diferentes*” (AEP-VOL) – **dinâmicas** (AEP-VOL /1) e **resilientes** (CAR-EE /1), revelando **felicidade** (AEP-VOL /1), **devolvendo amor** (PIC-VOL /1), apresentando genericamente uma **atitude positiva** (AEP-VOL /1) [“*o escoteiro é alegre e sorri perante as dificuldades*” (AEP-VOL)] e **espírito de equipa** (AEP-VOL, CNE-VOL 2/3).

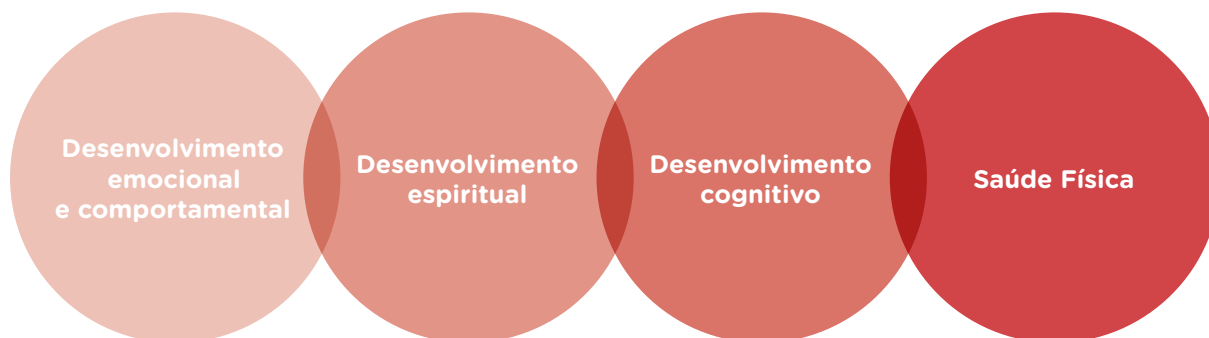
As CJ, nomeadamente oriundas de **contextos** identificados como **multiproblemáticos** (AEP-VOL, CNE-VOL, CF-ET 2/4), **negligentes** (CAR-EE /1), ou com **falta de afeto** (CAR-VOL /1), foram descritas como apresentando **vulnerabilidades** tais como **difficuldade relacional** (CAR-EE, PIC-VOL 1/2), **fragilidade emocional** [“*são crianças que vêm de tantos contextos diferentes e que vêm tantas vezes com traumas tão marcados que, cada criança tem a sua marca, história de vida, o seu trauma*” (CF-VOL)] (CAR-EE /1), serem **introspectivas** (AEP-VOL /1), demonstrando **revolta** (CAR-EE /1) [“*elas fecham-se, os mais crescidos fecham-se um bocadinho ou revoltam-se*” (CAR-EE)], e com **necessidade de toma de medicação** (CF-ET /1).

Os participantes identificaram ainda que, estas CJ, tal como aquelas provenientes de contextos com características diferentes dos supracitados, apresentam vulnerabilidades como **desafios desenvolvimentais** (CAR-EE, CAR-VOL 1/2) [“...]

entrar na pré-adolescência e isso é um desafio” (CAR-EE)], e a **necessidade de serem ouvidas**, receberem **atenção e amor** (CF-VOL, PIC-VOL 1/2).

2) Qual a missão das organizações?

Quando questionados sobre a **missão das suas organizações**, os participantes verbalizaram, essencialmente, a **promoção do desenvolvimento integral**, o qual pode ser subdividido em diversas esferas.



No âmbito do **desenvolvimento emocional e comportamental**, os objetivos visaram, especificamente, a promoção da **autoestima** (ATL-ET /1), a **autonomia** (CAR-EE, AEP-VOL, CNE-VOL 2/4), o **bem-estar emocional** (AEP-VOL, ATL-ET, CAR-ET /3), a **construção de relações seguras** (CF-VOL/ET, AEP-VOL, CNE-VOL/ET, DESP-ET /7), a promoção do **trabalho em equipa** (CNE-VOL/ET, DESP-ET /1), a **liderança** (CNE-VOL /1), a promoção da **resiliência** (CNE-VOL /1), a **resolução de conflitos** (CNE-VOL, AEP-VOL, ESC-ET, ATL-ET, CF-ET /6), a vida em **comunidade** (CNE-VOL/ET, AEP-VOL, CAR-EE, CF-VOL/ET, ESC-ET, DESP-ET, ATL-ET /17) [*“construção de crianças e jovens que se tornem em seres humanos capazes e cidadãos empenhados na construção de uma comunidade”* (CNE-VOL)].

No âmbito do **desenvolvimento espiritual**, alguns dos participantes referiram objetivos relacionados com o fomentar o **catolicismo** (CF-VOL, CNE-VOL/ET /3) [*“os vários pilares são o eu, o outro, Deus e a natureza”* (CF-VOL)]. Para outros participantes, o **desenvolvimento integral** estava relacionado com a **saúde física**, o **desenvolvimento motor** (CAR-ET /1) e os seus objetivos visaram a promoção da **literacia física** (DESP-ET /1) [*“para que eles consigam compreender quais são os benefícios da atividade física e as coisas boas que isso lhes pode trazer”* (DESP-ET)].

Foi ainda incluído o **desenvolvimento cognitivo**, através da **promoção de novas experiências** (CF-VOL/ET, DESP-ET, PIC-L /6) [*“... é que efetivamente essas crianças sejam não só, fruto da educação daquilo que são os pais, mas que consigam também absorver de outros contextos”* (DESP-ET)] e **formação académica** (ESC-ET, ATL-ET /2).

Estratégias valorizadas

Face a estes objetivos, os participantes **valorizaram as estratégias** promotoras de **felicidade** das CJ, sendo este um aspeto identificado por todos os grupos (ESC-EE, DESP-ET, CF-ET, AEP-LID /6). Outras estratégias valorizadas estavam relacionadas

com a **aproximação à natureza** (CF-VOL/ET, CNE-ET /6); o **cuidar o outro** (CAR EE/ET /3) de forma afetuosa [*“o mimo e o acolher”* (CAR-EE)]; a **promoção dos Direitos** (CAR-ET/LID /3), *“sobretudo o direito de viver em família”* (CAR-ET); e a **promoção de novas experiências** (CF-VOL/ET, DESP-ET, PIC-L /6). A importância da formação de adultos (CNE-VOL /1) foi também mencionada, bem como a **promoção de novas experiências** (CF-VOL/ET, DESP-ET, PIC-L /6) e a **formação acadêmica** (ESC-ET, ATL-ET /2), supracitadas.

3) Que sinais são valorizados na leitura do mal-estar em CJ?

Não obstante, atendendo à **identificação de mal-estar** nas CJ dos contextos dos participantes, estes referiram como sinais de alerta o **comportamento da CJ** - especificamente a **birra** (ESC-EE /1), **rigidez de comportamento** (CAT-ET /1), **apatia** (CAR-ET /2), **dificuldade na autorregulação** (CAR-ET, CF-ET /2), **agressividade** (CNE-ET, ESC-ET, DESP-ET /3), **diminuição do rendimento ou motivação** (ESC-ET, DESP-ET, CAR-ET /4), **choro** (ESC-EE, CAR-ET /2), **dificuldade relacional** (ESC-EE, CAR-ET, DESP-ET /4), **irritabilidade** (CAR-VOL, CNE-VOL, ESC-ET, DESP-ET /5) [*“o que me permite a mim identificar que os meus pequenitos estão um bocadinho maldispostos e existe mal-estar é a incapacidade que têm ou que ficam, de se relacionar com os outros. Tudo o que os outros fazem é motivo de choro, de birra ...”* (ESC-EE)], ou tudo aquilo que seja **diferente do habitual** (CF-VOL, CAR-ET, CNE-ET, ESC-ET /6); também a existência de **questões psicológicas subjacentes** (DESP-ET /1); questões relacionadas com o **sono**, como pesadelos (CNE-VOL, CAR-ET /2); **problemas físicos** (2 REF) como **doenças de pele** (CAR-ET /1) ou **falta de higiene** (CF-VOL /1), a exemplo *“demasiadas cáries ou estão sempre com piolhos”*, (CF-VOL) (/2); e ainda a existência de **pressão parental** (DESP-ET /2) [*“eles demonstram claros sinais de que não gostam de lá estar e os pais continuam a forçar a sua estadia”* (DESP-ET)].

Face à questão sobre o que **não seria admissível na sua organização** no que diz respeito à relação adulto/CJ e no alinhamento com o bem-estar da CJ, foram apresentados os seguintes motivos para a **sinalização de uma situação de maus-tratos**:

Dimensão	ATIVO	PASSIVO
FÍSICA	<p>Maus-tratos físicos (ESC-ET, ATL-ET, CNE-ET/LID, CAR-ET/LID, AEP-LID /7)</p>	<p>Negligência</p> <p>Falta de higiene (CF-ET/VOL /2) Falta de cuidados (CF-ET, CAR-ET /2) Questões alimentares (ATL-ET, CNE-ET /3) Utilização desadequada da internet (CNE-ET /1)</p>
	<p>Abuso sexual (CAR-ET, ESC-LID, CNE-LID, AEP-LID /4)</p>	

Dimensão	ATIVO	PASSIVO
EMOCIONAL	<p>Maus-tratos emocionais</p> <p>(ESC-ET, ATL-ET, CF-ET, CNE-ET, CAR-ET/LID, AEP-LID /7)</p> <p>Desrespeito pela individualidade e privacidade da CJ (CF-ET, ESC-LID, AEP-LID /4)</p> <p>Maus-tratos verbais (ATL-ET, CAR-LID, ESC-LID, AEP-LID /4)</p> <p>Inexistência de barreiras na relação CJ (CF-LID /1)</p> <p>Abandono ou não visitar a CJ, em contexto residencial (CAR-ET /1)</p>	<p>Negligência emocional</p> <p>- Criar falsas expectativas [“o haver afetividade a mais, promessas a mais ... alguém que lhe faça muitas promessas e que prometa mudar o mundo” (CAR-LID /2)]</p> <p>- Falta de afetividade [“alguém excessivamente técnico, mas pouco afetivo, que não se liga e é distante” (PIC-LID/1)]</p> <p>- Falta de compromisso [“a partir do momento que um treinador chega atrasado a um treino ou falta sistematicamente, para mim já é o suficiente (...) não só por comprometer a atividade física e desportiva dos atletas, mas também por lhes transmitir essa noção de falta de compromisso” (DESP-ET/1)]</p>

Nas circunstâncias referidas anteriormente, os participantes indicaram que a **sinalização pode ser efetivada** quer por procedimentos estruturados, como é o exemplo da comunicação **formal via formulário de denúncia** (CNE-ET, CAR-LID /2), **manual de procedimentos** (CNE-ET/LID, AEP-LID, PIC-LID, CAR-LID, ESC-LID /7) e **via judicial** (CAR-ET, CNE-ET /2) ou, noutros casos, através de comunicação **informal** , o que poderia incluir a **conversa com/entre colegas** (CF-VOL/ET, CAR-ET /3), **com superiores** (CF-VOL, DESP-ET, CAR-ET /4), ou com o **contexto em que a CJ está inserida** (CF-ET /1), sendo que ainda noutras organizações os participantes disseram que **não existe** (ESC-ET, CF-ET, CAR-ET/LID, DESP-ET /6) qualquer tipo de procedimento definido, “*agimos sempre pelo bom senso*” (CF-ET).

Nos casos em que existe identificação de mal-estar, os participantes indicaram que a sua atitude face ao mal-estar passa por:

- **Dar afeto** (CAR-ET/VOL, ESC-EE e CNE-VOL /6) [“E, se é verdade que já não me preciso de pôr de cócoras, às vezes preciso de dar colo. Ou pelo menos levá-los a sentirem que há uma rede e que haja o que houver que a rede está lá e que vai lá estar sempre” (CNE-VOL)];
- **Comunicar** com CJ (CAR-VOL, ESC-EE/ET, CNE-VOL /5) e família ou organização (ESC-EE, CF-VOL, CNE-ET /5);
- Tentar que a CJ **desfoque a sua atenção do problema** (CAR-VOL/EE, CNE-VOL/ET /4) [“ou tentamos conversar, ou se vemos que aquilo não dá para a conversa, porque a irritabilidade é muita, tenta-se um jogo” (CAR-VOL)];
- **Investigar problema** (CNE-VOL/ET, ESC-ET /3);

- **Dar espaço e abertura** (CNE-VOL, ESC-ET /2) [*“nós professores acabamos por querer investigar algumas coisas para perceber (...), mas há alunos que não falam, que não querem estabelecer mais relação do que professor aluno”* (ESC-ET)];
- **Ser empático** (CAR-VOL, CNE-VOL /2) [*“isto é muito giro ... há o colo, claro que sim, o colocarmo-nos à mesma altura deles, e não é muito diferente mesmo quando eles são mais velhos...”* (CNE-VOL)];
- E ainda, **promover integração e socialização** (DESP-ET /1).

4) Quais os indicadores de qualidade nas organizações?

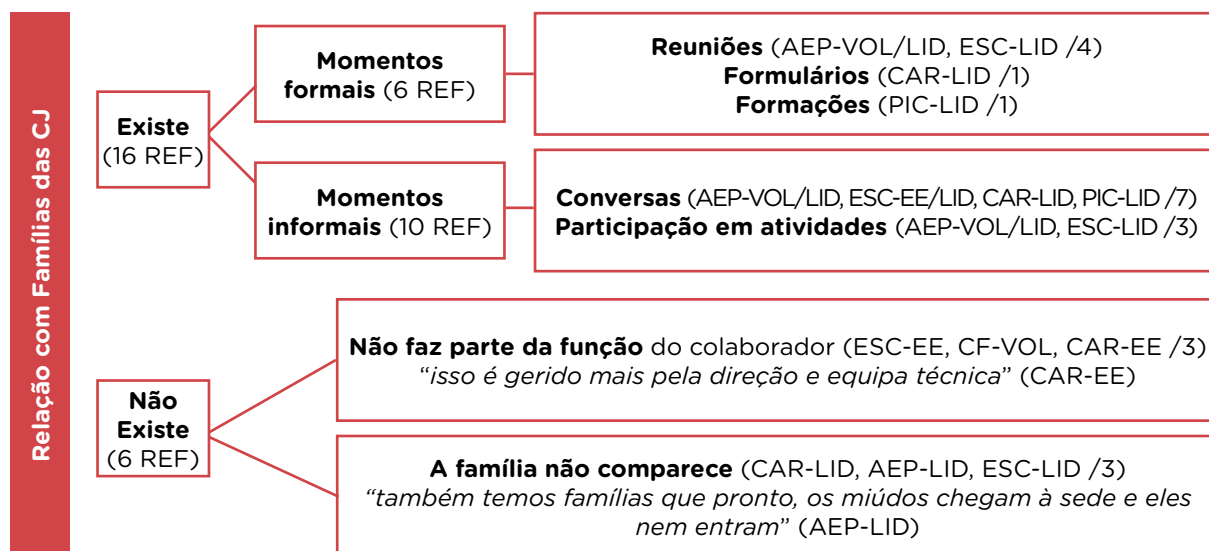
Quando inquiridos sobre o que valorizam como indicadores de **qualidade** das suas organizações, os participantes representantes das **lideranças** referiram diversos aspetos a nível organizacional ou estrutural, salientando a **aposta na formação para adultos** (CF-LID, AEP-LID, CNE-LID /10) em temáticas como:

- **Orientações no trabalho** com CJ (CF-LID, AEP-LID, CNE-LID /3)
- Atenção às **especificidades dos contextos** das CJ (CF-LID /1)
- Estabelecimento de **regras de segurança** (AEP-LID /1)
- Sensibilização para os **maus-tratos** a CJ (AEP-LID /1)
- Importância da **relação** com CJ (CF-LID /1)

São ainda **indicadores de qualidade para as lideranças** a **garantia de segurança** ao nível do espaço físico (ESC-LID /1) [*“Portanto, haver segurança das crianças dentro da instituição ... a partir do momento em que elas entram pelo portão da escola os pais terem a certeza de que elas estão em segurança em relação ao meio exterior”* (ESC-LID)]; a existência de **bons recursos tecnológicos** (ESC-LID /1); e a **existência de procedimentos definidos** (CAR-LID e CNE-LID /2).

Ao nível da **dinâmica de funcionamento**, são **indicadores de qualidade**, na perspetiva das lideranças e profissionais das organizações, o cuidado aquando do **recrutamento** (CAR-LID /2), e neste sentido também a valorização da **responsabilidade do profissional** (DESP-ET /2); a existência, não só de **comunicação eficaz** (com CJ e com cuidadores) (ESC-LID, CF-LID /3), como também a necessidade de garantir a **participação** das CJ e respetivas famílias (ESC-LID, CAR-ET, ATL-ET /3).

No que toca à **relação com as famílias** das CJ nestes contextos, foi referido pela maioria dos participantes que a relação **existe** (7/16) e se desenvolve, sobretudo, através de **momentos informais** como **conversas**, mas também mais **formais** como **reuniões** [*“procuramos dizer aos pais que se sintam à vontade para nos procurarem para falarem sobre problemas que tenham, sejam eles quais forem, e durante o ano também temos algumas atividades em que convidamos os pais para estarem presentes”* (AEP-VOL)]. Há, no entanto, também menção à **inexistência de relação** com as famílias.



Esta relação foi vista como **importante** por diversos aspetos, tais como o dar a possibilidade de **conhecer o contexto** da CJ (ESC-LID/EE, AEP-VOL /5), **fortalecer laços** com os cuidadores das CJ (ESC-LID, AEP-LID/VOL /4), **identificar e sinalizar situações** com as CJ (ESC-LID, CF-VOL /2), **organizar e planear atividades** (CF-VOL /1), **compreender o comportamento** da CJ (ESC-LID, AEP-VOL, ESC-EE /4) e, nesse âmbito, **adequar a intervenção** (ESC-EE /1) [*“é realmente muito importante até mesmo para a nossa intervenção e promoção do desenvolvimento da criança ao nível das atividades, de relacionamento, tudo mais ...”* (ESC-EE)].

Existem ainda indicadores específicos da qualidade, tal como o **atingimento de objetivos**, o reduzido **tempo de permanência** na CAR (CAR-LID /1), a melhoria dos **resultados qualitativos** das CJ (DESP-ET/1), nomeadamente no desporto, e o **sucesso** escolar na escola (ESC-ET /1). Foi referido pelos participantes que o sucesso escolar está estreitamente relacionado ao **desenvolvimento de atividades** diversificadas quer em contexto escolar, quer no contexto desportivo (através de atividades extracurriculares e/ou projetos), ressaltado a necessidade dos profissionais e contextos se adaptarem à individualidade e características de cada CJ (ESC-ET e DESP-ET /2) [*“o sucesso do aluno tem várias vertentes (...), mas o sucesso do aluno vai forçosamente depender de tudo aquilo que a escola vai pôr em marcha para que ele tenha sucesso”* (ESC-ET)].

São **indicadores de qualidade no âmbito da atuação dos profissionais: constatação do bem-estar** na CJ (coletivo e individual) (CAR-EE, CF-VOL/ET, ESC-EE, ATL-ET e AEP-L /10) [*“ter essa noção mais alargada daquilo que é o bem-estar coletivo, tendo em conta o bem-estar individual”* (CF-VOL)]; **considerar a individualidade** da CJ, ajustando as abordagens às características das mesmas (AEP-VOL, CF-VOL/LID, ESC-EE/ET /9), e ainda considerar a especificidade dos **contextos das CJ** (dinâmica entre CJ, dinâmica escolar, dinâmica familiar, dinâmica institucional) requerendo a aproximação ao contexto familiar e ao seu quotidiano na organização (CF-VOL, ESC-EE, DESP-ET, ATL-ET, ESC-LID /8).

Os participantes nos três grupos de discussão verbalizaram, ainda, como **indicadores de qualidade no domínio do relacionamento criança/adulto, promover relações**

interpessoais positivas, quer entre adulto e CJ, quer entre CJ, através de momentos de lazer e atividades em grupo (CF-ET/LID, DESP-ET, CNE-LID /8) [*“promover aquilo que é o trabalho de grupo, socialização, este trabalho de equipa”* (DESP-ET)]; **dedicar atenção** (AEP-VOL e ESC-EE /2); **demonstrar disponibilidade** (AEP-VOL, ESC-EE /2) [*“não falo só daquela disponibilidade das 9 às 17h, falo da disponibilidade total. Para perceber as ansiedades que eles nos trazem”* (AEP-VOL)]; **promover o desenvolvimento integral** (CAR-ET /1); e ainda a existência de **compromisso** (DESP-ET /1). As lideranças, em particular, salientam a garantia de **segurança na relação** (AEP-LID, ESC-LID /2), nomeadamente no que concerne às boas práticas que asseguram bom trato.

5) Quais os aspetos positivos nas organizações?

Os participantes identificam como aspetos positivos nas suas organizações (muitos deles referidos como sendo também indicadores de qualidade):

- **Aposta na formação e na prevenção de situações problema** (CF-EE, CAR-EE, AEP-VO e CNE-ET /5);
- **Promoção de relações interpessoais positivas** (entre CJ, entre colaboradores e CJ) (CF-EE e VOL /5);
- **Promoção de igualdade de experiências** a todas as CJ, nomeadamente em contextos de acolhimento residencial (CF-EE e CAR-EE /3);
- Existência de **variedade de colaboradores** (CF-VOL /1) [*“é interessante complementar com aquilo que são as várias personalidades que acabam por estar presentes mesmo em termos de animadores e que vão dar resposta às várias personalidades dos miúdos”* (CF-VOL)];
- Existência de **procedimentos estruturados** (CNE-VOL /1) tais como manuais de boas práticas ou códigos de conduta;
- Existência de um **ambiente físico acolhedor** (CAR-VOL /1) [*“é uma casa diferente das outras que eu conheci no mesmo contexto, tem muita luz, muita cor, eu acho que isso é muito positivo”* (CAR-VOL)];
- **Adaptação e flexibilidade** (CF-EE /1);
- **Demonstração de disponibilidade** (CF-EE /1).

Para as lideranças (ESC, CAR, PIC, CF, AEP, CNE) e um elemento da equipa educativa do contexto escolar, há uma valorização da **voz das CJ nas organizações**. Neste sentido, foi possível perceber através do referido pelos participantes, que as CJ têm voz [*“(…) o difícil é fazê-los calar (risos) que eles têm todos muita voz”* (PIC-LID)], em diferentes momentos, tais como:

Momentos formais

- **Assembleias de grupo** (PIC-LID /1)
- Momentos definidos nas **disciplinas curriculares**, como cidadania (ESC-LID e EE /2)
- **Sessões de grupo** (CAR-LID e CNE-LID /2)
- **Sessões individuais** com psicóloga, em CAR (CAR-LID /1)
- Momentos de **avaliação de atividades** realizadas na AEP (AEP-LID /1)

Momentos informais

- **Conversas** (CAR-LID, CF-LID, AEP-LID, ESC-LID /4)
- **Exposição dos seus trabalhos** (ESC-EE /1)
“um aspeto muito positivo, que gosto muito é o facto de se ouvir as crianças, portanto quando existem projetos a ser feitos, temos a voz delas, temos a arte delas a ser posta e é sempre tudo muito maravilhoso” (ESC-EE)

6) Quais os aspetos a melhorar nas organizações?

Foram apontadas, igualmente pelas lideranças, educadores e voluntários, dificuldades das organizações, traduzidas em **aspetos a melhorar**, tais como:

- o **Proporcionar experiências** (CAR-VOL/EE /3) semelhantes àquelas inseridas em ambiente familiar (tais como idas ao supermercado ou passeios), nomeadamente em contexto residencial, o que se encontra relacionado à necessidade do **aumento de financiamento** (CAR-VOL/EE /3) [*“Não é como as crianças que vão com os pais ao supermercado ou com os pais passear ao fim de semana, estão mais limitados em relação ao mundo exterior. Não é que isso não se faça, faz-se. Mas se houvesse mais ajuda, fazia-se mais”* (CAR-VOL)];
- o Redução da **rotatividade horária e de colaboradores** (CAR-EE, CF-EE /3) [*“não dá para nós melhorarmos muito, mas é um facto ... a nossa equipa é rotativa (...) e isso cria muita instabilidade neles”* (CAR-EE); *“ok este lado das pessoas sempre a circular de um lado para o outro e a encontrarem-se e criar ligação é ótimo, mas também acaba por ter um lado mais perverso que é precisamente quando as pessoas não estão lá”* (CF-VOL)];
- o Investimento na **monitorização e investimento na formação** (CAR-LID e ESC-LID /2);
- o Implementação de um processo de **recrutamento** mais sólido (CAR-LID /1);
- o Melhoria da **gestão e organização do tempo** (ESC-AUX /1).

7) Quais as necessidades de melhoria contínua nas organizações?

Em todos os grupos de discussão foram identificadas muito expressivamente **necessidades ao nível da formação dos profissionais** (3/43), nomeadamente em aspetos da esfera psicológica, individual dos profissionais – **autoconhecimento** (ESCOLA-ET, CAR-ET, CAMPOFÉRIAS-ET /4) e **inteligência emocional** (ESCOLA-ET /1) – e no âmbito da relação adulto/criança, onde se destacam:

O treino de resposta a **desafios diários** (7 REF) através da apresentação de casos práticos (AEP-VOL /1), tomando consciência das **diferentes características** das CJ (CF-VOL/ET, CAR-ET /3), e como **reagir ao comportamento** da CJ (CF-ET, CAR-LID, ESC-LID /3)

Relação interpessoal com CJ, no que concerne à **imposição de barreiras e limites na relação** com CJ (PIC-VOL, CF-VOL, CAR-L /4), **promoção da relação positiva** com CJ (CF-VOL/ET, PIC-VOL /4), **promoção de um ambiente seguro** (CNE-ET, CF-ET /2)

Especificidade dos diferentes **contextos em que se inserem as CJ** (contexto escolar, familiar, institucional) (CF-ET/LID, ESC-ET/LID, CAR-ET /13)

Identificação de **sinais de alerta de mal-estar** (CF-ET /1)

Desenvolvimento humano (ESC-ET, CAR-ET /2)

Imposição de regras/ limites (CAR-LID /1)

Bons e maus-tratos (CAR-ET e LID /2)

Adaptação de níveis de exigência (DESP-ET /1)

“(…) no sentido de perceber que há fases do desenvolvimento da criança em que ela vai sem dúvida desafiar, e se vai opor, e que têm menos a ver com o adulto, mas mais com ela própria, e é importante que o adulto tenha competências para saber gerir e nomeadamente competências de autoconhecimento, e eu acho que necessidade fundamental é ter um adulto que seja uma figura o mais possível consistente, cuidadora, que responda à necessidade de criança” (CAR-ET)

Foi também possível compreender que, estes profissionais, afirmaram que para criar uma **relação positiva com as CJ** dos seus contextos precisam de: **dar o exemplo** (CNE-VOL, AEP-VOL, CAR-LID, ESC-LID /5), sendo que “*não posso exigir ao jovem aquilo que eu não consigo dar*” (CNE-VOL); **promover a integração** (DESP-ET, AEP-VOL /2); **dar atenção** (PIC-VOL, CF-VOL /3); **considerar a individualidade de cada um** ao nível das **necessidades sentidas** (CF-VOL /1), **perturbações mentais** (AEP-VOL /1); demonstrar **empatia** (ESC-LID /1); **orientar** (AEP-VOL /1); **reforçar positivamente** (CNE-ET /1); mas também **impor regras e limites** (AEP-VOL e CF-VOL /2).

Lideranças, educadores e voluntários indicaram ainda como necessidade a elaboração de **procedimentos estruturados** (CF-VOL, CNE-VOL, CAR-L, PIC-L /4), a **criação de ambientes seguros** (CNE-ET /1) e a existência de **consultoria especializada** (PIC-L

/1) [*“Saber a quem devemos recorrer em que momentos, a quem é que devemos sinalizar determinado tipo de coisa, e mesmo que nós próprios não saibamos o que fazer em concreto com a situação, sabemos exatamente para onde é que nos devemos de virar e aonde é que devemos recorrer”* (CF-VOL)].

8) Síntese dos principais resultados

A síntese dos dados obtidos permitiu-nos constatar que os diferentes grupos profissionais se apresentaram sobretudo coesos na perceção que têm das CJ, dos sinais do seu bem-estar/mal-estar e de formas de lhe responder e do papel das organizações na promoção do bem-estar e bom-trato. Os diferentes grupos profissionais corroboram a visão da missão das organizações como a promoção do desenvolvimento integral das CJ. Valorizam sobretudo sinais indiretos na identificação do mal-estar das CJ e consideram como respostas adequadas perante estes a comunicação e a manifestação de afeto/relação. Nesta linha, e maioritariamente referido pelas lideranças, os critérios de qualidade das instituições que assumem relevância na promoção do bom-trato, dizem respeito à qualidade da formação dos adultos, à garantia de segurança dos espaços e à valorização da voz das CJ. Constatou-se ainda coerência entre estes aspetos e as necessidades de melhoria continua identificadas, que são atinentes à preparação e formação dos profissionais – quer ao nível pessoal quer em temáticas pertinentes para os cuidados das CJ –, assim como a necessidade de estabelecer procedimentos bem definidos na sinalização e encaminhamento de situações que podem configurar maltrato.

NOTAS PARA UMA VISÃO INTEGRADA DAS PERSPETIVAS

Existiu concordância entre as **famílias e os profissionais** acerca da **importância da dimensão emocional e comportamental no desenvolvimento das CJ**, e do papel do contexto educativo (formal ou informal) na promoção destas competências. Os profissionais valorizam na sua missão o bem-estar emocional das CJ, orientando-se para a promoção da sua autoestima, autonomia e resiliência, através da construção de relações seguras e experiências novas e estimulantes. As famílias valorizam as organizações que colocam a ênfase na promoção da autonomia, da autoestima, da responsabilidade.

Em consonância com estes aspetos, os **profissionais e as famílias** apontam como **indicadores da qualidade dos contextos educativos**: a preocupação com o desenvolvimento integral das CJ para o que contribui um ambiente acolhedor e promotor de relações interpessoais e uma atenção à individualidade de cada CJ. **Para as CJ** os ambientes que potenciam o bem-estar são aqueles que promovem a empatia e a comunicação positiva. As CJ sinalizam a necessidade de investir na educação para a cidadania e mobilizar profissionais motivados com disponibilidade para ouvir e apoiar as CJ.

Do ponto de vista organizacional, as **lideranças** valorizam a existência de procedimentos bem definidos, orientações no trabalho, regras de segurança, recrutamento criterioso e uma aposta na formação contínua. A **formação dos profissionais** é aliás mencionada por pais e profissionais como um aspeto crítico e de exigência contínua, não apenas em aspetos de natureza técnica, mas também em aspetos de natureza socio-emocional em temáticas como o autoconhecimento, a inteligência emocional, os desafios da relação adulto-CJ. Estes aspetos estão em coerência com as expectativas das CJ acerca do perfil dos profissionais nos diversos contextos educativos.

A **relação do contexto educativo com a família** é também assinalada por ambos os grupos de intervenientes como um importante indicador de qualidade. Quer as famílias quer os profissionais valorizam uma boa relação e uma boa comunicação entre estes intervenientes. Esta comunicação permite aos profissionais conhecer o contexto de vida das CJ e enquadrar as suas características. Não obstante, os profissionais apontam dificuldades no envolvimento da família, sendo as iniciativas para promover este contacto sobretudo de natureza informal (conversas e participação em algumas atividades). Por seu lado, muito embora valorizem este contacto, as famílias refletem alguma ambivalência na quantidade e tipo de informação a disponibilizar, reservando para si o direito à privacidade.

São também indicadores de qualidade apontados pelos profissionais a participação das CJ e esta **participação** deve ser garantida. As CJ participantes no estudo consideram que há espaços de participação, contudo nem sempre os adultos estão disponíveis para ouvir, sobretudo em situações de crise.

Os adultos participantes neste estudo, quer no **papel profissional quer no papel parental**, assumem para si a responsabilidade da promoção do desenvolvimento saudável e a proteção da CJ face a sinais que, também em coerência, valorizam como **sinais de mal-estar nas CJ**: choro, apatia, tristeza, irritabilidade, dificuldades na relação interpessoal, quebra de rendimento, desmotivação, sinais físicos. Ambos - **profissionais e pais** - são igualmente consonantes na necessidade de, perante estes sinais, ouvir e estar disponível para as CJ, vigiar e investigar, valorizando a sua perspectiva.

As situações de mau-trato assinaladas pelas CJ referem-se ao desrespeito, à humilhação, ao insulto, à agressão na relação interpessoal. A discriminação, o preconceito, a não tolerância à diferença, são igualmente referidas. Na **perspetiva das CJ** a exposição a uma situação de mau-trato tem consequências importantes na dimensão emocional e relacional, desencadeando tristeza, revolta insegurança, impotência e tendência para o isolamento. Nestas circunstâncias as CJ valorizam a disponibilidade do adulto para ouvir, conversar e apoiar, referindo, contudo, que nem sempre esta atitude é predominante, o que resulta num maior isolamento e solidão na gestão emocional destas experiências.

De salientar a valorização do respeito, da empatia, da tolerância, da expressão de afeto, como indicadores de bom-trato apontados pelas CJ. Aspetos, na opinião dos nossos participantes, associados à felicidade e à autoconfiança, ingredientes centrais para o desenvolvimento saudável e alicerces de resiliência.

RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA

O processo de investigação levado a cabo e a reflexão em torno dos resultados obtidos permitem, também, tecer algumas considerações em relação às implicações para a prática quotidiana das instituições e dos diferentes atores, no que diz respeito ao tema das boas práticas de proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens. Organizam-se estes alertas e recomendações, abaixo em torno de 4 grandes eixos, que esperamos que possam ser apoio à operacionalização de práticas mais ajustadas de instituições comprometidas com o bem-estar de crianças e jovens.

Eixo 1. Investimento na formação, que desejavelmente deve ser implementada de forma universal e obrigatória, para os vários elementos integrantes das comunidades educativas: crianças/jovens, direções, colaboradores, famílias;

Eixo 2. Promoção da participação das crianças/jovens na realidade e vida das instituições, valorizando crescentemente a sua voz e visão dos contextos que habitam, das suas necessidades e contributos para a sua melhoria contínua;

Eixo 3. Fomentar a comunicação entre os agentes educativos que permita a co-construção coerente de ambientes de bom trato e comunidades educativas devotadas à atenção à individualidade e necessidades específicas das crianças e jovens.

Eixo 4. Implementação de políticas e práticas organizacionais estruturadas, alinhadas com os princípios de uma cultura de bem cuidar, que garantam a coerência e previsibilidade da atuação dos agentes e que permitam uma monitorização e melhoria contínua das instituições enquanto ambiente de cuidado;

Eixo 1. Investimento na formação

- Assegurar formação aos **profissionais e voluntários das organizações, de forma regular e obrigatória** em temáticas como:
 - Aspectos mais relevantes do desenvolvimento infantil/juvenil, fatores de risco e fatores de proteção do desenvolvimento, sinais de alerta;
 - Sensibilização para o bom e mau-trato e experiências críticas na promoção do bom trato;
 - Investir também na “formação humana” dos colaboradores como promotora dos relacionamentos ajustados (autoconhecimento, regulação emocional, competências socioemocionais, resolução de problemas, gestão de conflitos, etc.) de todos os colaboradores de instituições educativas

- Assegurar que, **para as CJ**, a formação integra os currículos escolares obrigatórios, desde cedo. Neste âmbito podem estar incluídas ações de promoção da empatia entre os pares, sensibilização para o bom-trato, assim como sensibilização para os sinais e sintomas de mau-trato em si mesmas e nos outros;
- Tornar a **formação parental** uma realidade acessível a todos, desde a gravidez, existindo um investimento na formação nos primeiros anos (ex. disponível Formação sobre “Os primeiros 1000 dias da criança que vai nascer” incluída em todos os programas de preparação para o nascimento; Formação sobre “Sinais de alerta no desenvolvimento infantil/juvenil” em todas as instituições escolares e pré-escolares; Formação sobre “Os desafios da adolescência” em todas as instituições).

Eixo 2. Promoção da participação e importância do papel da CJ

- Promover uma cultura institucional de participação e voz ativa das CJ nas diversas áreas que lhes dizem respeito (ex. “*A Hora de deixar o coração falar*”, tempos rotineiros em que cada um pode apontar aspetos das pessoas ou da instituição – seja escola, ATL, escuteiros, etc. – que gostaria que mudassem, que o deixem triste/preocupado, etc.);
- Gabinetes de apoio à criança/jovem disponíveis efetivamente em todas as instituições: uma porta sempre aberta ou um canal de comunicação permanentemente disponível (ex.: a criança pode escrever um bilhete e deixa na ‘caixa de correio de pedir ajuda’);
- Promover uma cultura institucional que facilite a identificação e a promoção das forças e virtudes de cada criança/jovem, considerando e valorizando a individualidade de cada um – ao que os profissionais devem estar explicitamente atentos;
- Adotar em todas as instituições estratégias muito práticas que estimulem a interajuda entre as crianças/jovens (ex.: “*o banco de quem precisa de companhia*”)
- Promover o envolvimento das crianças e jovens como participantes ativos na criação e revisão das políticas das organizações

Eixo 3. Criação de canais de comunicação e apoio entre organizações e famílias.

- Criar espaços e rotinas de acompanhamento dos pais/cuidadores desde as idades mais precoces ao nível das competências parentais, bom e mau-trato, assim como o impacto dos primeiros anos de vida da criança no seu desenvolvimento a curto, médio e longo prazo;
- Promover uma política de corresponsabilidade efetiva entre a família e todas as instituições educativas. De forma que, por exemplo, nenhum

cuidador deixe de pedir a ajuda da escola porque acredita que não vai ser ouvido/ nenhum agente educativo/professor, deixe de comunicar com a família por acreditar que esta não irá intervir;

- Criar em todas as instituições “Gabinete de Apoio a Colaboradores”, promovendo um canal aberto de comunicação e estimulando a transparência dos pedidos de ajuda;

Eixo 4. Implementação de políticas e práticas organizacionais estruturadas.

- Adotar políticas de tolerância zero a qualquer atitude de mau-trato, desrespeito, troça, humilhação, violência, em toda e qualquer instituição. A consequência de incumprimento obriga a acompanhamento psicoeducativo ou clínico, se necessário;
- Definir operacionalmente as funções profissionais de cada colaborador nas organizações, clarificando atitudes e comportamentos esperados, assim como atitudes e comportamentos a evitar e proibidos (assegurar existência de um Código de Conduta conhecido efetivamente por todos);
- Criar serviços de apoio a quem cuida. Os familiares e profissionais das organizações devem ser acompanhados de forma muito próxima e regular, promovendo-se o seu autoconhecimento e o auto e heterocuidado. Este acompanhamento pode ser realizado em grupos de intervenção e/ou supervisão, em tutorias, em terapia quando necessário;
- Priorizar o cuidado, manutenção e limpeza de todas as instalações, promovendo que sejam sempre espaços acolhedores.

BIBLIOGRAFIA

Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, C., Perry, B. D., Dube, S. R., & Giles, W. H. (2006) The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood. A convergence of evidence from neurobiology and epidemiology. *Eur Arch Psychiatry Clin Neurosci.*, 256(3), 174-186. doi: 10.1007/s00406-005-0624-4.

Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments in nature and design*. Harvard University Press.

Cicchetti, D., & Cohen, D. J. (1995). Perspectives on developmental psychopathology. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Theory and methods* (pp. 3-20). John Wiley & Sons.

Decreto Lei nº. 147/99 de 1 de setembro do Ministério da Justiça. *Diário da República: I série, nº. 175*. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/147-1999-581619>

Direção-Geral da Segurança Social - DGSS (2022). *Proteção Social Crianças e Jovens*. Disponível em: https://www.seg-social.pt/documents/10152/113014/Protecao_social_crianças_e_jovens.pdf/a07b4c95-2902-4282-8ce9-e2127ad0f14f

Organização Mundial de Saúde (2022). *Child Maltreatment. Violence-info*. Recuperado em janeiro de 2022. Disponível em: <https://apps.who.int/violence-info/child-maltreatment/>

Organização Mundial de Saúde. (2018). *INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra as crianças, versão portuguesa*. Núcleo de Estudos da Violência. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>

Shonkoff, J., & Garner, A. S. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129 (1), e232 - e246.

Sroufe, L. A., & Rutter, M. (1984). The domain of development psychopathology. *Child Developmental*, 55, 17-29. <https://doi.org/10.2307/1129832>

Unicef (2014). *Violence against Children in East Asia and the Pacific: A Regional Review and Synthesis of Findings*. Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/eap/media/2901/file/violence.pdf>

Unicef (2015). *Violence against children*. Unicef. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-protection/violence/>



RELATÓRIO INTEGRADO DE RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO



CATOLICA

CEPCEP · CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS
E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

LISBOA



CATOLICA

CRC-W · CATOLICA RESEARCH CENTRE FOR
PSYCHOLOGICAL, FAMILY AND SOCIAL WELLBEING

LISBOA



CATOLICA

CEDH · RESEARCH CENTRE FOR HUMAN DEVELOPMENT

PORTO

PORTICUS